

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A expansão dependente do Brasil: uma análise do BNDES na
internacionalização dos capitais brasileiros na América Latina no século XXI.**

Caique Andriewiski Pereira da Silva
Matrícula: 115106040

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

ABRIL 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A expansão dependente do Brasil: uma análise do BNDES na
internacionalização dos capitais brasileiros na América Latina no século XXI.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas

Caique Andriewiski Pereira da Silva
Matrícula: 115106040

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

ABRIL 2020

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Daniel Barreiros, que me introduziu à vida acadêmica em duas Iniciações Científicas e dois semestres sendo monitor de suas disciplinas de História Econômica Geral I e II. Agradeço, pois, a minha escolha por seguir buscando espaços na carreira de professor e pesquisador se origina daí, ênfase também a qualidade na orientação, aparando sempre as muitas arestas e proporcionando em todos os momentos a contínua reflexão crítica.

Agradeço à Prof. Dra. Isabela Nogueira que me introduziu ao LabChina em um projeto de Iniciação Científica, grupo que conheci das melhores companhias acadêmicas e que também pude seguir melhorando como aluno e futuro pesquisador.

Agradeço ao corpo social do Instituto de Economia da UFRJ como um todo, um dos maiores centros do conhecimento crítico e de excelência nas Ciências Econômicas, qualidades das mais perigosas no mundo atual.

Por último, agradeço a minha mãe, minha irmã e meus avós ou, em outros termos, minha família. Pois sem sua luta e perseverança, não estaria aqui hoje.

RESUMO

Este trabalho se enquadra na área de Economia Política Internacional e analisa as relações econômicas mantidas pelo Brasil com a América Latina no século XXI. Dentro desse escopo, utiliza o referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência com ênfase no Subimperialismo de Ruy Mauro Marini, além de utilizar elementos do Capital-Imperialismo, categoria formulada por Virgínia Fontes. O objetivo principal do trabalho é investigar as transformações das relações do Estado Brasileiro e sua participação ativa na expansão de capitais nacionais em outros países da América Latina como um todo e à luz do marco teórico explicitado. Para isso, o trabalho discute a evolução da balança comercial e dos investimentos brasileiros enviados e recebidos, além de seu protagonismo nas iniciativas de integração regional mais recentes. Por último, atribui ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social o papel de principal apoiador ao processo de expansão de capitais brasileiros, que tem como um de seus principais ambientes institucionais de atuação a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência; Capital-Imperialismo; Subimperialismo; BNDES; IIRSA.

ABSTRACT

This integrates the area of International Political Economy and analyses the economic relations maintained by Brazil with Latin America in the 21st century. Within this scope, it uses the theoretical framework of the Marxist Theory of Dependence with an emphasis on the Sub-imperialism of Ruy Mauro Marini, in addition to using elements of Capital-Imperialism, a category formulated by Virgínia Fontes. The main objective of the work is to investigate the transformations of Brazilian State relations and their active participation in the expansion of national capitals in other countries in Latin America as a whole, through the exposed theoretical framework. To achieve this objective, the paper discusses an evolution of the trade balance and Brazilian investments sent and received, in addition to its role in the most recent regional integration initiatives. Finally, it's attributed to the National Bank for Economic and Social Development the role of the main sponsor in the Brazilian capital expansion process, which has one of its main institutional environments of operation on the Integration Initiative for South American Regional Infrastructure.

Keywords: Marxist Dependency Theory; Capital-imperialism; Sub-imperialism; BNDES; IIRSA.

RESUMEN

Este trabajo se encuentra en el área de Economía Política Internacional y analiza las relaciones económicas mantenidas por Brasil con América Latina en el siglo XXI. Dentro de este alcance, utiliza el marco teórico de la teoría marxista de la dependencia con énfasis en el subimperialismo de Ruy Mauro Marini, además de utilizar elementos del capital-imperialismo, una categoría formulada por Virgínia Fontes. El objetivo principal de este ensayo es investigar las transformaciones en las relaciones del Estado Brasileño y su participación en la expansión de los capitales nacionales en otros países latinoamericanos y a la luz del marco teórico expuesto. Con este fin, el documento analiza la evolución de la balanza comercial y las inversiones brasileñas enviadas y recibidas, además de su papel en las iniciativas de integración regional más recientes. Finalmente, atribuye al Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social el papel de principal partidario del proceso de expansión de los capitales brasileños, que tiene como uno de sus principales entornos institucionales la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana.

Palabras-clave: Teoría Marxista de la Dependencia; Capital-Imperialismo; Subimperialismo; BNDES; IIRSA.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações brasileiras por grupos selecionados, 2000-2018 (em US\$ milhões).....Erro! Indicador não definido.

Gráfico 2 – Importações brasileiras por grupos selecionados, 2000-2018 (em US\$ milhões).....Erro! Indicador não definido.

Gráfico 3 – IDP (US\$ milhões) e Participação no capital/PIBErro! Indicador não definido.

Gráfico 4 - Estoque de investimento externo direto recebido por grupos selecionados (US\$ milhões), 2000-2018.....Erro! Indicador não definido.

Gráfico 5 - Participação em capital brasileiro na América Latina, 2001-2018 (em US\$ milhões).....Erro! Indicador não definido.

Gráfico 6 - Desembolsos totais do BNDES (em R\$ bilhões, preços de 2019)Erro! Indicador não definido.

Gráfico 7 - Desembolsos BNDES, Pós-Embarque - Serviços, para América Latina, em US\$ milhõesErro! Indicador não definido.

Gráfico 8 - Desembolsos do BNDES-Exim, em US\$ milhõesErro! Indicador não definido.

Gráfico 9 - Desembolsos do BNDES - Finem, em US\$ milhõesErro! Indicador não definido.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação (%) média de bens intermediários, 2000-2018	
.....	33
Tabela 2 - Participação média na decomposição de bens intermediários, 2000-2018	
.....	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADFIAP	Association of Development Financing Institutions in Asia and Pacific
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul Americana
BACEN	Banco Central do Brasil
BANDES	Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporación Andina de Fomento/Banco de Desarrollo de América Latina
CALC	Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CDB	China Development Bank
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
COSIPLAN	Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL
F&A	Fusões e Aquisições
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FONPLATA	Fundo de Desenvolvimento Financeiro da Bacia do Prata
IDB	Investimento Direto Brasileiro
IDBE	Investimento Direto Brasileiro no Exterior
IDP	Investimento Direto no País
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
JBIC	Japan Bank for International Cooperation
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

MRE	Ministério de Relações Exteriores
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
PROSUL	Foro para o Progresso da América do Sul

Sumário:

Introdução.....	12
Capítulo 1: Etapas superiores e subalternas do capitalismo contemporâneo, o debate teórico.....	15
1.1. Do imperialismo ao capital-imperialismo.....	15
1.1.1. As necessidades de expansão do capital e suas dinâmicas de acumulação – Notas sobre Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo	15
1.1.2. O amadurecimento do imperialismo como categoria histórica e etapa superior do capitalismo	17
1.1.3. O pleno desenvolvimento do imperialismo como categoria em Lênin.....	20
1.1.4. O capital-imperialismo por Virgínia Fontes.....	22
1.2. As contribuições da Teoria Marxista da Dependência	25
1.2.1. Subimperialismo e a integração ao imperialismo	26
Capítulo 2: Uma interpretação crítica do processo de expansão dos capitais brasileiros na América Latina, o histórico	29
2.2. A expansão de capitais e a balança comercial no Brasil até meados da segunda década do século XXI	29
2.2.1. A balança comercial brasileira entre 2000 e 2018	30
2.2.2. Os investimentos estrangeiros no Brasil a partir de 2001	35
2.2.3. A expansão limitada dos investimentos brasileiros na América Latina ..	36
2.3. Principais aspectos da integração regional na América Latina.....	40
2.3.1. Mercado Comum do Sul	40
2.3.2. CASA e UNASUL	41
2.3.3. CELAC e PROSUL	43
Capítulo 3: Integração física, BNDES e a internacionalização de capitais das empresas brasileiras.....	45
3.1. IIRSA, COSIPLAN e a expansão de capitais brasileiros	45
3.2. O papel do BNDES na exportação de capitais brasileiros.....	50
Considerações Finais	63
Referências Bibliográficas	65

Introdução

Nesse trabalho de conclusão, como assunto geral, são estudadas as relações econômicas mantidas pelo Brasil com os países latino-americanos desde o início do século XXI. Nesse sentido, o objetivo central é analisar a expansão dos capitais brasileiros no período recente e, com um olhar mais específico, explicitar os instrumentos utilizados e promovidos pelo aparato estatal. E, por esse motivo, o trabalho analisa a internacionalização das grandes empresas nacionais por meio do apoio do Estado como um interesse estratégico de política externa do Brasil, tendo como ideia central, desenvolver uma leitura pautada na exportação de capitais com o intuito de identificar uma tendência de longo prazo que tenha resultado em um aumento da influência brasileira na América Latina.

Analizando, portanto, um recorte temporal que parte do início dos anos 2000 até os anos atuais, há um redirecionamento da economia brasileira para a mencionada região acompanhado de uma expansão sensível dos Investimentos Diretos Brasileiros (IDBs) sobretudo nos países Sul-americanos. E, para além desses fatores, nota-se uma forte atenção e suporte do Estado Brasileiro no incentivo institucional e creditício em tais atividades, com destaque ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), principal banco de desenvolvimento responsável pela exportação de capitais brasileiros ao exterior, que será um dos principais enfoques para a análise proposta.

Então, como sugerido nos parágrafos anteriores, a hipótese do trabalho será responder o questionamento em relação à internacionalização de capitais brasileiros na América Latina. Em virtude do proposto, os objetivos do trabalho serão:

No primeiro capítulo, entender as categorias de capital-imperialismo e subimperialismo em seus contextos propostos, já que se referem a categorias que examinam a apropriação de valor no contexto de uma economia global capitalista interconectada em que fronteiras nacionais e disputas interestatais influenciam a forma como este será transmitido. Sendo, dessa forma, o subimperialismo a manifestação imperialista subalterna de uma economia dependente; e o capital-imperialismo, um novo patamar histórico capitalista, que se trata da evolução do patamar imperialista de acumulação, dotado de exacerbada concentração e

centralização do capital, de maneira consorciada e organizada nas mais diversas instituições e mudando todas as formas de vida social.

E, em virtude das particularidades de cada categoria, será estabelecido um diálogo entre ambas, no intuito de ser feito um instrumental teórico robusto acerca da dependência nas economias capitalistas, mais notadamente na América Latina, e seus desdobramentos atuais.

Com tal objetivo, começaremos pelos debates iniciais que construíram o imperialismo como novo patamar histórico através das principais referências: Bukharin, Hilferding e Lênin, mas recorrendo também a anotações breves sobre acumulação de capital discutida por Kautsky e Rosa Luxemburgo. Seguindo, será discutida a categoria de Capital-Imperialismo elaborada por Virgínia Fontes e, trazendo a contribuição da Teoria Marxista da Dependência, será debatida a categoria de Subimperialismo, formulada por Ruy Mauro Marini.

Na segunda parte, será resgatado o histórico da internacionalização no período em um escopo analítico mais amplo. Em um primeiro momento serão expostas algumas das variáveis principais de comércio exterior, leia-se, a balança comercial brasileira e como esta evoluiu ao longo do período delimitado. Em seguida serão discutidas a evolução dos investimentos brasileiros no exterior, com ênfase na participação em capital nos países da América Latina. Na terceira parte, serão discutidos o posicionamento do governo brasileiro nas diversas iniciativas de integração regional que permearam o período.

Em termos metodológicos, o segundo capítulo será referenciado nas bases de dados disponíveis sobre balança comercial e investimentos externos, ComexStat (base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e os levantamentos de capitais brasileiros e estrangeiros feitos pelo Banco Central do Brasil, que passaram a ser realizados após o ano de 2000. No que diz respeito às devidas contextualizações da evolução de variáveis e iniciativas de integração regional, recorreremos ao extenso acervo de diversos pesquisadores sobre tais temáticas.

No terceiro capítulo, o BNDES será tratado quase como um estudo de caso na exportação dos capitais brasileiros no exterior. Mas, como contextualização e importante aspecto norteador das políticas internacionalizantes do BNDES, haverá

uma discussão da IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) que foi uma das frentes de atuação das políticas de exportação de serviços de empresas brasileiras.

Na parte seguinte do capítulo, será discutido com o devido rigor tal política de exportação de serviços de engenharia brasileiros e financiados pelo BNDES, alguns de seus projetos de internacionalização do banco que funcionaram em maior grau para promoção de fusões e aquisições de empresas da América Latina, mas que se constituiu em uma outra frente em termos de produto financeiro. Por último, serão trazidas algumas ressalvas ao desenrolar do desenvolvimento brasileiro a título de considerações parciais.

Para construção do terceiro capítulo, serão utilizados textos que incluem dissertações, teses e artigos mais citados sobre a IIRSA e sua importância para a exportação de serviços e o papel do BNDES em meio a isso. No estudo do BNDES em si, serão resgatados textos de autores que se propuseram a debater o assunto de forma crítica, além do uso de relatórios anuais do banco e suas extensas bases de dados acerca das operações realizadas ao longo dos anos que estão disponíveis em seu portal de transferência. Garantindo, portanto, fontes primárias e objetivas de informação na formulação dos argumentos.

Capítulo 1: Etapas superiores e subalternas do capitalismo contemporâneo, o debate teórico

1.1. Do imperialismo ao capital-imperialismo

Nesta seção serão feitos recortes das principais linhas de discussão acerca do imperialismo e seus autores referência, como Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding, Bukharin e Lênin. O objetivo, à princípio, é reconstruir esse conceito para que seja compreendido com mais clareza do que se trata a teoria do capital-imperialismo. Desse modo será possível entendê-lo como um novo patamar ou até uma nova forma adotada pelo capitalismo contemporâneo que surgiu na segunda metade do século XX com a Guerra Fria.

1.1.1. As necessidades de expansão do capital e suas dinâmicas de acumulação – Notas sobre Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo

Escolhendo Kautsky como um ponto de partida para introduzir o debate sobre o imperialismo clássico, o autor irá pensar a categoria dando relevância à estrutura agrária na determinação do avanço do capital sobre outros territórios econômicos, já que a agricultura é um limitante na produção industrial e, portanto, na acumulação em si. Nesse sentido, por apresentar restrições espaciais e de insumos, a atividade agrícola cria uma relação de contraste com a produção industrial que não necessita desse mesmo tipo de característica em sua estrutura produtiva, fazendo com que esta se desenvolva mais rápido (FONTES, 2012: p. 68-69).

Então, resulta dessa inevitável diferença de “taxas” de desenvolvimento entre indústria e agricultura que o capital irá buscar outros espaços para sua ampliação (FONTES, 2012: p. 68-69). Entretanto, contestado por Virgínia Fontes, Kautsky não considera que há transformações nas relações sociais e nas forças produtivas da agricultura, mas a autora faz a ressalva de que isso não se limita a essa atividade, podendo acontecer com o conjunto da produção. Além disso, Kautsky cria uma rígida restrição ao tratar o imperialismo como fruto exclusivo das restrições impostas pela agricultura (FONTES, 2012, p. 70).

Rosa Luxemburgo tem uma lógica similar a de Kautsky, porém se debruça sobre outros dois objetos em que o capital buscará se ampliar, as sociedades

capitalistas de um lado e sociedades não capitalistas do outro, sendo a segunda condição necessária para o desenvolvimento da primeira (FONTES, 2012, p. 71).

Leia-se, quando a extração de mais-valor for saturada na sociedade capitalista, esta se expande para territórios que predominavam outro tipo de relação social, submetendo-os às relações de produção capitalistas. Luxemburgo irá colocar sua proposição teórica desse modo:

“Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio-ambiente constituído de formas não capitalistas de produção. Mas, não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como força de trabalho para seu sistema salarial. As formas de produção da *economia natural* de nada servem, no entanto, ao capital para a realização de qualquer um desses fins. (LUXEMBURG, 1984, p. 31).”

Então, por essa colocação, os objetivos econômicos do capital seriam quatro:

1) Apropriação de forças produtivas; 2) Expropriação da força de trabalho, submetendo-a ao capital; 3) Introdução da economia mercantil; 4) Separar a agricultura do artesanato (LUXEMBURG, 1984, p. 32).

Há de ser feita, todavia, uma contextualização temporal de que tanto Rosa Luxemburgo como Kautsky estavam analisando sociedades da virada do século XIX para o século XX, onde ainda existiam consideráveis parcelas populacionais não expropriadas, o que, para uma leitura contemporânea do imperialismo será um estrangulamento teórico pois não há, na leitura de Luxemburgo e Kautsky, uma “dinâmica interna capitalista” que subalterniza suas próprias estruturas, como segmentos produtivos, regiões e países (FONTES, 2012, p. 71). Como observa a autora, a expansão capitalista torna muito remotas e reduzidas as parcelas populacionais que são externas à dinâmica do capitalismo nos dias atuais.

Então, nessa breve introdução, observam-se as contribuições de Kautsky e Luxemburgo que estão situadas de certa forma em uma teorização acerca da acumulação de capital e que antecede ao imperialismo propriamente dito. Kautsky argumenta que, por meio das restrições agrícolas, a acumulação capitalista extrapolará suas fronteiras. Enquanto Luxemburgo, incorporando explicitamente a

tendência de queda da taxa de lucro¹, o capital necessitará expandir-se para um “meio-ambiente constituído de formas não capitalistas de produção”.

1.1.2. O amadurecimento do imperialismo como categoria histórica e etapa superior do capitalismo

No desenvolvimento do imperialismo como categoria histórica, Rudolf Hilferding (1877-1941) foi um dos grandes contribuidores para a gênese do conceito de capital financeiro, que conjuga o capital industrial, bancário e comercial; estes agora são homogeneizados sob o comando das altas finanças, desprezando a livre-concorrência por meio de grandes associações do capital monopolista e redefinindo, também, a relação da burguesia com o Estado (HILFERDING, 1985, p. 283). Apesar disso, mesmo que haja a supressão do liberalismo econômico quando da ascensão do imperialismo, o autor evidencia que o setor bancário da Inglaterra, mesmo na época do auge do “laissez-faire”, estava imune à concorrência e submetido aos interesses práticos dos “soberanos do Banco da Inglaterra” (HILFERDING, 1985, p. 284).

Hilferding também traz um aspecto territorial na relação das economias capitalistas e espaços econômicos, como fica claro no seguinte trecho:

“...a evolução para o capital financeiro eleva a magnitude da importância do espaço econômico. Este sempre foi de grande importância para o desenvolvimento da produção capitalista. Quanto maior e mais povoado for o espaço econômico, tanto maior pode ser a unidade empresarial e, portanto, tanto menores os custos de produção e tanto mais acentuada também a especialização interior das empresas, o que significa igualmente redução dos custos de produção. (HILFERDING, 1985, p. 293).”

Disso resulta uma certa racionalidade do livre-comércio em unir os espaços econômicos, diminuindo os custos produtivos e favorecendo os segmentos de indústrias já bem estabelecidos em uma nação. Contudo, na contramão, o protecionismo seria a limitação do espaço econômico, dificultando o desenvolvimento das forças produtivas, mas assegurando aos capitalistas suas taxas de lucro (HILFERDING, 1985, p. 294). Não obstante, para o autor, o protecionismo pode ser um facilitador na formação de cartéis já que restringe o

¹ Para uma leitura completa de seu esquema de reprodução e ampliação do capital, ver “Terceira Parte – As condições Históricas de Acumulação” em “A Acumulação do Capital” de Rosa Luxemburgo.

mercado nacional, criando uma dupla tendência: é uma “arma ofensiva” na luta de preços com outros cartéis, mas dentro das fronteiras internas se transforma em um estabilizador. A partir desse movimento dual, torna-se do interesse de burguesias nacionais expandir o território econômico por vias protecionistas, que estabelecerá cada vez mais complexos cartéis, com suas taxas de lucro intocadas (HILFERDING, 1985, p. 294-295).

Está claro que o grande atrativo para a exportação de capitais será os diferenciais na taxa de lucro, este dependendo em proporção inversa ao nível da composição orgânica do capital. Esse diferencial também será determinado por 1) taxas de juros que serão menores para países capitalistas mais desenvolvidos; 2) preços de terra inferiores e 3) Uma mão de obra mais barata pela sua exorbitante exploração e jornada de trabalho mais longa; a exportação de capital também significa necessariamente que há um mercado capitalista em crescimento (HILFERDING, 1985, p. 297). Outro fator de influência será a riqueza das colônias e como isto poderá servir à expansão do lucro e da acumulação de capital da indústria nacional (ou país que detém o papel de metrópole) e quando encontra condições adversas que contrariam sua tendência de dominação, apela para violência estatal, como a escravidão e outras formas de “expansão do proletariado”. (HILFERDING, 1985, p. 299).

A última contribuição do autor que é pertinente a este trabalho, está contida no seguinte trecho se referindo ao imperialismo:

“Essa ideologia é completamente oposta à do liberalismo; o capital financeiro não quer liberdade, mas dominação; não tem interesse pela autonomia do capital industrial, mas exige seu atrelamento; detesta a anarquia da concorrência e quer a organização, certamente apenas para poder retomar a concorrência numa escala mais alta. Mas para impor isso, para manter e ampliar sua superioridade, precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. (...) O capital financeiro finalmente precisa de um Estado suficientemente forte para praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias. (HILFERDING, 1985, p. 314).”

Ambas as formulações de Hilferding e Bukharin são bastante recíprocas para a discussão do imperialismo como forma de concorrência ou padrão de acumulação estabelecida pelo capital financeiro. Bukharin, nesse sentido, ao se debruçar sobre o imperialismo, define-o de forma resumida como “política de rapina do capital financeiro”, é um tipo de política de conquista dessa fase historicamente delimitada do capitalismo. Então, o imperialismo seria sobretudo uma nova forma de embate

através da concorrência que aprofunda as contradições do modo de produção capitalista (BUKHARIN, 1988, p. 107-108).

Assim como Hilferding defende que há um interesse do capital nacional de se expandir por meio dos cartéis e através do protecionismo que lhe garantirá diferenciais na taxa de lucro e outras oportunidades de redução de custos, Bukharin complementa a análise interna da concentração e centralização do capital, aspectos que, segundo o autor, não devem ser confundidos. O primeiro consiste na expansão constante do mais-valor (ou mais-valia) pelo mesmo capital, enquanto a centralização consiste na transformação de vários capitais em um só (BUKHARIN, 1988, p. 110).

De modo sintético, o processo de centralização do capital consistiu, para Bukharin, na absorção de pequenos capitalistas individuais, em razão da concorrência, e concomitante processo de expansão de grandes empresas capitalistas, baixando o número de concorrentes por causa da centralização. Disso resulta um decréscimo da concorrência no interior das fronteiras nacionais, fazendo com que as burguesias locais busquem sua expansão e, ao passo que a intensidade da concorrência aumenta já que estas lidam com cada vez maiores mercados, extrapolando seus mercados domésticos e levando à formação de trustes (BUKHARIN, 1988, p. 111).

Nesse sentido, conforme avança a concorrência de grandes trustes, ou associações capitalistas na busca da repartição da mais-valia, surgirão confrontos entre capitalistas de diversos segmentos, prevalecendo uns sobre outros. Devido ao mutualismo do setor bancário com o industrial, são formados arranjos econômicos dos mais complexos, levando à quase inexistência da concorrência nacional. O “centro de gravidade” passa a ser os corpos econômicos gigantes e que concorrem no mercado mundial anexando países inteiros, não só por meios estritamente econômicos, mas também de guerras e submissões políticas, em busca da expansão da concentração e centralização, alcançando um patamar superior, o Imperialismo (BUKHARIN, 1988, p. 112).

É interessante ressaltar o prognóstico feito por Bukharin ao fim de seu livro, ao tratar da internacionalização dos interesses capitalistas. Nele, o autor menciona a tendência à formação de um truste capitalista estatal em nível internacional.

Apesar disso, o autor não estava convencido de que isso aconteceria, já que havia uma forte ascensão do protecionismo fechando as fronteiras e nacionalizando o capital, além do fato de que os acordos presentes poderiam ser removidos ou descumpridos, à exceção dos monopólios naturais (BUKHARIN, 1988, p. 132). Entretanto, o que veremos adiante é que no momento histórico que Bukharin escreveu a segunda tendência aconteceu de fato, mas após as guerras imperialistas, a economia mundial se transformou quase que em um conjugado de suas duas tendências: a disputa e a associação.

Nesse tópico pudemos evidenciar as contribuições de ambos os autores para o debate e construção da categoria histórica que é o Imperialismo. Hilferding trata da associação do capital bancário, comercial e industrial na formação do capital financeiro, e discute também a importância dos espaços econômicos para a luta imperialista (protecionismo e livre-comércio), a busca por diferenciais na taxa de lucro para a exportação de capitais e a importância do Estado para cimentar a expansão do capital. Já para Bukharin, tratou-se da diferença entre concentração e centralização do capital e como esses dois conceitos são essenciais para a chegada ao patamar imperialista do capitalismo e foi exposto seu prognóstico para a internacionalização de capitais.

1.1.3. O pleno desenvolvimento do imperialismo como categoria em Lênin

“O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes (LÊNIN, 2011: p. 176-177).”

Lênin define imperialismo como a preponderância do capital financeiro sobre as outras formas de capital, criando relações de dependência através da exportação de capital nos mercados internacionais. Vale destacar que o autor reserva a quatro países o lugar de “credores internacionais”, Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha, nações essas que detinham 80% dos valores emitidos em 1910 (LÊNIN, 2011: p. 178-179).

Para o autor, o imperialismo surge do desenvolvimento desigual, premissa básica do capitalismo: em um primeiro momento surgem os grandes monopólios entre os países de capitalismo desenvolvido, no segundo momento constitui-se um

excedente de capital que é exportado por países 'riquíssimos' para países em que as forças produtivas são menos avançadas. Portanto, encontram maiores taxas de lucro por causa da escassez de capitais, abundância de terra a baixos preços e mão de obra barata, concordando com Hilferding (LÊNIN, 2011: p. 181).

Nesse sentido, a exportação de capital ocorre sobretudo em direção a países capitalistas já incorporados à divisão internacional do trabalho ou, em seu contexto histórico, as colônias mundo afora (LÊNIN, 2011: p. 181-182).

Como consequência da exportação de capitais, o desenvolvimento nos países que recebem os investimentos é acelerado enquanto nos países investidores poderia haver uma pequena estagnação, mas que seria rapidamente revertida com um alargamento mais profundo do capitalismo mundial como um todo (LÊNIN, 2011: p. 184-185). Somado a isso, os contratos de investimento e de empréstimos sempre possuíram condicionalidades que beneficiam os credores e o país exportador de capitais, como se exemplifica nessa passagem que trata, inclusive, do financiamento das ferrovias brasileiras do final do século XIX:

“Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz-se: “A construção das estradas de ferro brasileiras realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se as operações financeiras relacionadas com a construção de ferrovias, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária.” (LÊNIN, 2011: p. 186).”

O que fica exposto nessa passagem é que, além do Brasil ser um país de industrialização dependente já no século XIX, os países financiadores exigiam que os bens de capital importados fossem da mesma origem dos financiamentos. A princípio pode não parecer tão relevante, mas é uma evidencia de que o capital financeiro é uma clara junção do capital bancário com o industrial, sob comando do primeiro. Nesse aspecto, Lênin conclui seu argumento com o fato de que Inglaterra e Alemanha desde o fim do século XIX haviam investido cerca de US\$ 1 bilhão na Argentina, Brasil e Uruguai, passando a desfrutar de quase metade do comércio internacional dos referidos países (LÊNIN, 2011: p. 186-187).

Citando exemplos da centralização de capital na virada do século XIX para o XX do setor elétrico, petrolífero, de marinha mercante e de carris de ferro, que diziam respeito a companhias alemãs, inglesas e estadunidenses em maior parte, Lênin constata um processo marcante do período que é a formação de grandes monopólios sob diversas roupagens, seja de cartéis, trustes ou grandes

conglomerados empresariais (LÊNIN, 2011: p. 194-196). Virgínia Fontes ressalta também que, sob o formato de monopólios e ascensão do capital financeiro, Lênin observa a tendência de dissociação entre propriedade e gerência do capital, passando esta última a ser cada vez mais objeto de estudo e prática científica (FONTES, 2012: p. 106-107).

Mas, para além desses fatores, os monopólios se abasteceram de relações de dominação política de seus Estados sobre a figura das colônias para dar sustento à realização da produção no que se constituiu em uma nova forma de apropriação do excedente, baseada na “partilha do mundo” e “na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico”” (LÊNIN, 2011: p. 199). É interessante destacar que, no que diz respeito aos domínios coloniais, Lênin também já trabalha com uma noção de “sub ou semicolônias” que dispõem de “formas transitórias que se encontra em todos os domínios da natureza e da sociedade” (LÊNIN, 1975, p. 120, *apud* FONTES, 2012: p. 108)

Posta essa breve discussão, no intuito de sistematizar os argumentos trazidos, esses são os cinco traços fundamentais do imperialismo para Lênin:

“1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2011: p. 218).”

Ou seja, como bem coloca Fontes:

“Para Lênin, diferentemente, a concentração ampliada de capitais alterava qualitativamente as relações sociais, impondo novas – e mais perversas – formas econômicas, sociais, políticas e ideológicas de caráter mundial. A monopolização expressava que, para manter-se o mesmo, isto é, como forma de acumulação ampliada, o capital precisava efetuar uma efetiva transformação qualitativa (FONTES, 2012: p. 113).”

1.1.4. O capital-imperialismo por Virgínia Fontes

Nos tópicos anteriores foi feita a discussão inicial da construção do imperialismo em sua expressão econômica, que muito tem em comum com a linha de argumentação de Virgínia Fontes em *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, não obstante tenha sido realizada uma consulta mais detalhada aos escritos de Bukharin e Hilferding. Tal recurso consistiu numa maior didática de apresentação

dos conceitos, já que ambos introduzem um debate posteriormente sistematizado por Lênin em “O imperialismo, etapa superior do capitalismo”. A análise que se seguirá, posta essa discussão inicial, será expor e detalhar a categoria central de Fontes, o capital-imperialismo.

Este conceito é dotado de sua própria historicidade, mas não se contrapõe ao imperialismo *stricto sensu*, pelo contrário, carrega em si diversas de suas características. Então, falar de capital-imperialismo é pensar o capitalismo em uma nova etapa quando, em meados do século XX, passa por diversas transformações. Caracteriza-se por um novo formato de expansão em que se aliam concorrência e consórcio de capitais, em que o avanço interno necessita da face externa, mudando e expropriando todas as formas de vida, surgindo diferentes burguesias e Estados que são reduzidos a uma forma “autocrática-censitária” e limitando as formas de luta social da classe trabalhadora (FONTES, 2012: p. 149).

O capital-imperialismo adquire esse formato por causa de dois fatores principais de acordo com a autora: o primeiro é a constante modificação das relações sociais dentro do capitalismo, que abarcam disparidades econômicas, militares, sociais e políticas, envolvendo uma inserção desigual no plano mundial (FONTES, 2012: p. 151). O segundo é a exportação de modelos de desenvolvimento nacional como fórmulas infalíveis e mecânicas que resultam em tensionamentos nos “elos mais frágeis” que, devido à complexa interconexão da teia capitalista, vai repercutir nos eixos centrais do capitalismo (FONTES, 2012: p. 151-152).

O resultado disso é um processo de historicidade particular, caracterizado por plena socialização de forças produtivas e fluxo de capitais, com um Estado enrijecido que atua na contenção de lutas e demandas populares, sendo um processo necessário ao capital, não um caminho trilhado por vontade própria (FONTES, 2012: p. 152).

Nesse processo cabem ser destacadas características que, mesmo existentes em alguma medida, se exacerbam ou adquirem outros formatos sob a égide do capital-imperialismo. Uma delas é a latente expansão do capital portador de juros que tem sua origem na íntima relação entre capital bancário e industrial, como já debatido por Bukharin, Hilferding e Lênin, mas que adquire uma forma de

propriedade cada vez mais abstrata e ramificada (FONTES, 2012: p. 155). Isso acontece em decorrência, vale destacar, da crescente concentração e centralização do capital ao longo do século XX; essa ‘megaconcentração’ resultando em três tendências que a autora especifica como: 1) capturar todos os recursos transformando-o em capital; 2) crescente disponibilização de força de trabalho; 3) todas as atividades humanas transformam-se em trabalho (FONTES, 2011, p. 16).

Além disso, no contexto da Guerra Fria, haverá uma necessidade de pacificação das massas nos países europeus e estadunidenses devido ao temor de processos revolucionários, garantindo uma certa ‘paz’ nas relações entre países do centro (FONTES, 2012: p. 159). Tal conjuntura levava à necessidade de parcimônia na criação de condições para a interpenetração de relações sociais capitalistas, sendo criadas “instâncias internacionais de gestão intercapitalista” delimitando a atuação dos países no pós Segunda Guerra (FONTES, 2012: p. 161-162). Em termos concretos, foram geradas instituições organizativas, políticas e econômicas que servem ao grande capital e, mesmo que não eliminassem contradições internas, eram responsáveis por permitir uma maior interconexão interimperialista entre países dominantes e não-dominantes (FONTES, 2011: p. 17-18). Como exemplos disso, temos o Banco Mundial e todas as outras organizações vinculadas ao Grupo Banco Mundial, como BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), AID (Associação Internacional de Desenvolvimento).

Fontes discorre que um dos principais resultados dessa internacionalização do capital, ou até ‘multinacionalização’, foram as industrializações em países subalternos, de modo mais evidente na América Latina, onde esse processo foi responsável por subalternizar não só burguesias locais como governos, ampliando a socialização desigual da produção e da força de trabalho. Ademais, as empresas com essa penetração cada vez mais ramificada de seus capitais, passam a atuar em processos diversificados, além de presente atuação política (FONTES, 2012: p. 167-168)

Existem, nesse sentido, dois níveis de entrelaçamento da ‘teia capital-imperialista’: a primeira, que é a propriedade direta do capital, conectando proprietários de todo o mundo, mas não eliminando a concorrência imperialista; e a segunda, de frentes de atuação internacional, dependente da primeira, mas com alta capacidade de intervenção estatal, alterando não só o funcionamento como a “forma

da política” (FONTES, 2012: p. 196-197). Com a expansão sensível dessa forma de imperialismo, a extração de mais-valor passa a se sobrepor às suas outras próprias manifestações, submetendo também empreendimentos nacionais e governamentais a seus interesses (FONTES, 2012: p. 168).

Concluindo a discussão de Fontes pertinente ao trabalho, cabem ser destacados alguns pontos acerca de países subalternos. O primeiro e talvez mais difundido é de que o crescimento de multinacionais não permite somente a expansão das burguesias diretamente associadas, mas também de burguesias subalternas apoiadas pelo Estado e que também impulsionam a produção de valor incorporando capitais externos (FONTES, 2012: p. 206). Outro aspecto, ligado ao anterior é de que esta fora capaz de estabelecer conexões internas e importantes nos países não centrais e, finalizando, esse processo seria responsável por fazer emergir industrializações dependentes à custa de suas populações e de países vizinhos, colocando novos países secundários que carregam em seus interesses associações aos ímpetus de valorização do capital dos países centrais e nesse papel estão países como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), além de outros como México e Coréia do Sul (FONTES, 2012: p. 209).

1.2. As contribuições da Teoria Marxista da Dependência

Durante as décadas de 1960 e 1970 difundiu-se sob diversas vertentes teóricas e analíticas o debate em torno do desenvolvimento capitalista que fora impulsionado pelo momento histórico vivido na América Latina, sobretudo a partir de 1959, quando acontece a Revolução Cubana, responsável por introduzir um paradigma de desenvolvimento que se contrapunha aos modelos adotados pelos outros países da América do Sul (PRADO, 2011: p. 68-69). E, no que diz respeito à Teoria Marxista da Dependência (ou TMD), ela também surge como uma vertente que se propõe a pensar as especificidades do capitalismo e da luta de classes no continente latino-americano, ou seja, do capitalismo dependente (FERREIRA *et al*, 2015: p. 4-5).

As principais obras e respectivos autores que inauguraram a Teoria Marxista da Dependência são: *El nuevo carácter de la dependencia*, de Theotonio dos Santos (1968), *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*, de

Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1971), *El capitalismo dependiente latinoamericano*, de Vânia Bambirra (1972) e *Dialéctica de la dependencia*, de Ruy Mauro Marini (1973).

Nesse sentido, a TMD, como exposto por Ferreira *et al* (2015) analisa, de maneira resumida:

“...a) definindo a categoria *dependência* e suas formas históricas ou fenomênicas, como dependência comercial, financeira e tecnológica (Dos Santos); b) desvelando as leis próprias do capitalismo dependente, em especial a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital (Marini); c) estabelecendo os nexos entre a dependência e a teoria marxista do imperialismo e discutindo metodologias para o estudo da transferência de valor no mercado mundial (Caputo e Pizarro); d) pensando as diferenciações entre as formações econômico-sociais do capitalismo dependente latino-americano (Bambirra) (FERREIRA *et al*, 2015: p. 5).”

A discussão teórica da TMD se inicia com a demarcação do que é ‘desenvolvimento’ para esta escola: não se trata de uma noção em que se parte de um ponto menos industrializado para um de industrialização estabelecida, mas sim de uma visão processual do desenrolar contraditório das leis de tendência do modo de produção capitalista em um momento histórico (CARCANHOLO, 2013: p. 192-193). Em consequência disso, haverá uma relação de dependência entre o ‘desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvimento’ na divisão internacional do trabalho em que este segundo é uma parte necessária à expansão do capitalismo, não podendo ser superada ‘dentro dos seus próprios marcos’ (CARCANHOLO, 2013: p. 193). A última premissa que deve ser delimitada é, portanto, que a TMD não analisa a exploração de uma nação por outra, como Kautsky propôs e logo em seguida foi criticado por seus pares, mas sim do estudo da expansão do capital (CARCANHOLO, 2013: p. 194).

Nas subseções seguintes, serão então discutidas as propostas de Ruy Mauro Marini sobre o ‘subimperialismo’, categoria que situa o Brasil e outros países na divisão internacional do trabalho, caracterizando-o como país de composição orgânica do capital intermediária frente aos países do centro e como entreposto da expansão do capital internacional.

1.2.1. Subimperialismo e a integração ao imperialismo

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, as economias periféricas capitalistas receberam relevante fluxo de capitais por meio de uma maior integração aos

grandes centros capitalistas, mas com relativa autonomia para tocar projetos regionais frente aos seus vizinhos, levando alguns países à condição de subimperialistas (CARCANHOLO, 2013: p. 202).

Marini, então, define o subimperialismo como “a configuração que assume a economia dependente ao chegar na fase de monopólios e capital financeiro” (MARINI, 1977: p. 208). Nesse sentido, esta categoria irá necessitar de duas características, uma de natureza econômica, a composição orgânica do capital mediana e outra, de caráter político, uma política de expansão regional, de certa forma autônoma, mas que atue como nexo de expansão do imperialismo (MARINI, 1977: p. 208).

O autor ressalta que não se deve confundir exportação de manufaturas com subimperialismo, pois, se assim fosse, em sua época, diversos países se enquadrariam na categoria, como México, Filipinas, Coreia do Sul e etc. Mas o que se revela desses países é, na verdade, sua formação como economias de enclave ou “maquilas”, que servem somente de montadoras e receptoras de fábricas estrangeiras (MARINI, 1977: p. 201-202). Então, em contraposição à essa característica, o Brasil era dotado de um impulso expansionista autônomo representado pelo golpe militar de 1964 (MARINI, 1977: p. 209). No campo econômico, o Brasil se colocou como grande receptor de investimentos e capitais do exterior, assim como moderniza sua estrutura jurídica e financeira de modo a ampliar suas reservas e fluxos de capital (MARINI, 1977: p. 209-210).

Portanto, percebe-se de início ambas as faces do patamar subimperialista da economia dependente: ou seja, é, como explica Luce (2014), um processo dialético onde a expansão imperialista baseada na exportação do capital se internaliza, elevando a composição orgânica do capital para se exteriorizar, dessa vez sob a forma subimperialista (LUCE, 2014: p. 48).

O Brasil, nesse processo de exteriorização, tratou de assegurar investimentos no exterior por meio de suas empresas estatais, da oferta de créditos ou como garantidor de operações de empresas privadas. Nesse sentido, mantida sua subordinação, o Brasil entra na fase de exportação de capitais, assim como a ‘rapina’ de insumos (MARINI, 1977: p. 211). Por isso, haverá na potência subalterna um processo de apropriação do valor de nações inferiores no sistema mundial

capitalista ao criar um subsistema regional, mas que serve de entreposto para as nações imperialistas (LUCE, 2014: p. 49).

Nesse caso, Marini reforça que as políticas praticadas durante a ditadura militar não eram completamente novas, tanto Jânio como João Goulart buscavam mercados externos (MARINI, 2013: p. 129). Nesse sentido, cabe também ao Estado buscar um desenvolvimento de sua infraestrutura, estruturação de seu mercado financeiro e viabilizar a entrada de capitais estrangeiros no país (MARINI, 1977: p. 213).

Se referindo ao período que se estende entre 2005 e 2015, Carlos Eduardo Martins afirma que há uma retomada de política industrial através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES possibilitou, portanto, uma reascensão do subimperialismo brasileiro buscando uma relevância mais estratégica nas cadeias globais, onde se impulsiona a construção civil e a agricultura formando grandes oligopólios que se internacionalizaram nos países vizinhos (MARTINS, 2018: p. 477-478).

Também é interessante acrescentar que, como mencionado anteriormente, o projeto era de integração brasileira ao imperialismo (sobretudo estadunidense), promovendo e ampliando um certo tipo de padrão de acumulação com forte presença do que Marini chamou de “cooperação antagônica”: um choque entre diferentes burguesias, mas que caminha em direção da cooperação no intuito de promover sua própria expansão (MARINI, 2013: p.130).

E, assim como Bukharin discute a necessária centralização e concentração do capital para sua posterior expansão, Marini também defende que é necessária a nacionalização do capital como pré-condição para sua exportação (MARINI, 1977: p. 212). Isso implica dizer que, até meados do século XX na América Latina, o Brasil era o único país a formar grandes trustes capitalistas que o permitiriam exportar seu capital e a constituir um Estado capaz de representar os interesses de sua burguesia (LUCE, 2014: p. 51; 53).

Capítulo 2: Uma interpretação crítica do processo de expansão dos capitais brasileiros na América Latina, o histórico

Neste segundo eixo do trabalho, o papel será de contextualizar o objeto de estudo específico, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Por isso, este tópico será responsável em primeiro lugar por discutir os rumos das trocas internacionais brasileiras, a saber: qual o comportamento dos investimentos diretos brasileiros, dos capitais externos no Brasil e a balança comercial, em especial com a contraparte principal da análise, a América Latina. Os insumos estatísticos para essa tarefa são as próprias bases de dados do governo (ComexStat do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e a base de dados do Banco Central), mas também recorrendo a análises qualitativas de autores referência no tema.

Em segundo lugar, relacionaremos essas variáveis econômicas com as iniciativas tomadas pelo Estado Brasileiro no que diz respeito à integração regional. Este recurso expõe, portanto, o papel de liderança local exercido pelo Brasil no cone sul e torna palpável suas claras ambições expansionistas.

Por último e após essa exposição histórica, com o objeto de trabalho mais afunilado, discutir-se-ão, por alto, algumas das inovações dos produtos financeiros responsáveis pelo suporte à internacionalização de capitais brasileiros na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

2.2. A expansão de capitais e a balança comercial no Brasil até meados da segunda década do século XXI

Como sinaliza Laura Carvalho em a *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico* (2018), o Brasil na primeira década do século XXI vivenciou taxas de crescimento do produto muito elevadas, assim como nas taxas de investimento, de consumo, além de uma redução sensível da desigualdade social e regional e um notável equilíbrio nas contas públicas e externas. (CARVALHO, 2018: p. 8). Entretanto, o modelo (ou a mudança dele) na virada para os anos 2010 interrompe o ciclo virtuoso para instaurar o “caos” econômico no país, invertendo todas as tendências positivas da década anterior, que resultaram na recessão que permanece até os dias atuais (CARVALHO, 2018: p. 80).

De Bolle (2016) também irá concordar, apesar da vertente analítica mais distante, que o ciclo benéfico de expansão da economia brasileira aos poucos foi sendo abandonado para dar lugar a uma “Nova Matriz Econômica” que, em sua interpretação, retirava possibilidades de uma volta do crescimento econômico anterior. No lugar da austeridade, receita clássica para cenário recessivos, perdeu-se o controle dos gastos públicos, a inflação aumenta, e a espiral da crise foi cada vez mais agravada (DE BOLLE, 2016: p. 14-15).

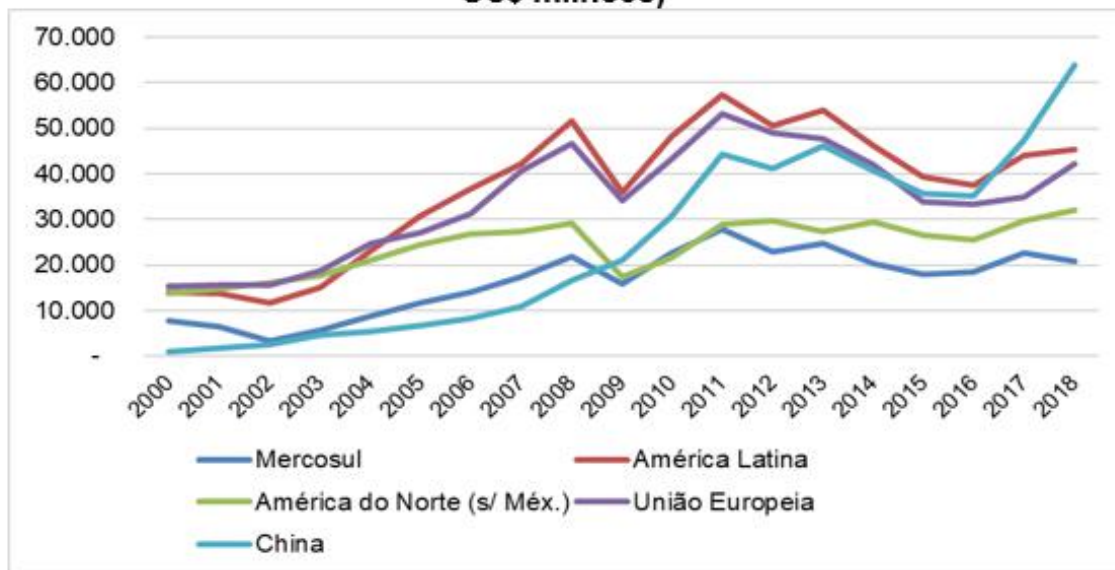
Face a esse cenário longo e complexo que se estende até o tempo presente, o investimento externo brasileiro, os capitais internacionais que entraram em território nacional e a balança comercial apresentaram uma dinâmica particular que é uma resposta tanto aos estímulos externos quanto internos da economia e dos jogos de poder. Tais rubricas serão analisadas nos parágrafos seguintes à luz do arcabouço teórico montado no capítulo anterior.

2.2.1. A balança comercial brasileira entre 2000 e 2018

Ao longo do período retratado, ocorreram algumas modificações significativas nas relações comerciais brasileiras. No início da década, entre 2000-2008, o Brasil se beneficia de um aumento substancial das exportações no ‘boom das commodities’ puxado pela demanda mundial como um todo, mas com um destaque para a China que importa 63 (sessenta e três) vezes mais em 2018 do que em 2000 (CARVALHO, 2018: p. 152; MDIC, 2020).

Nos anos seguintes ao ‘boom’, chega a crise de 2008, trazendo um recessão global, que trouxe uma forte queda no comércio internacional brasileiro. E nos anos que se seguiram, entre 2009 e 2015, vivenciando de início uma alta na demanda pelo Real as exportações brasileiras foram caindo gradualmente até apresentar indícios de crescimento nos anos mais recentes, entre 2016 e 2018 (CARVALHO, 2018: p. 153; MDIC, 2020).

Gráfico 1 – Exportações brasileiras por grupos selecionados, 2000-2018 (em US\$ milhões)



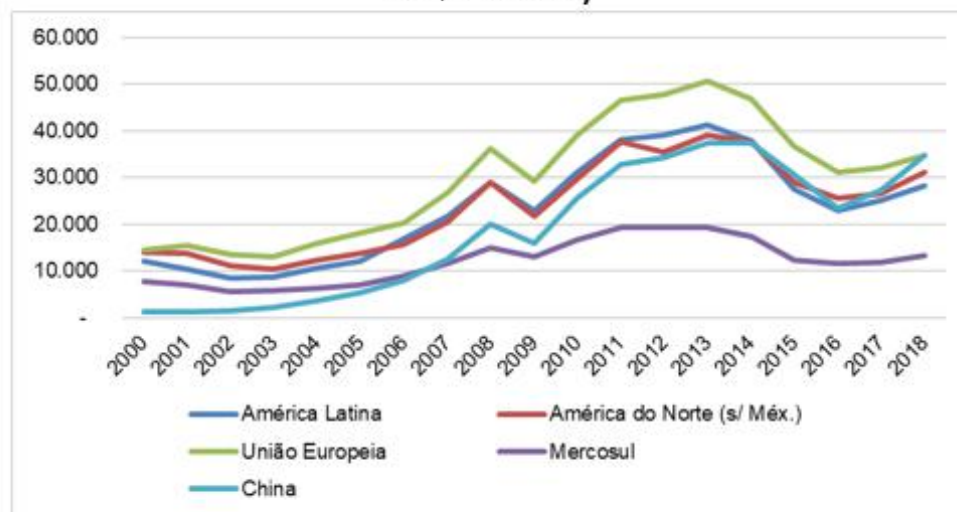
Fonte: ComexStat (MDIC). Elaboração própria.

Como mencionado, as exportações brasileiras crescem até 2008, sofrem uma brusca queda no ano de 2009, aparentam uma recuperação no triênio 2009-2011, caem de modo gradual e ensaiam uma elevação nos dias atuais. Contudo, além desse olhar geral, é importante analisar que América Latina parte de um ponto inferior, mesmo que não seja tão distante, e caminha ao longo dos anos para ser um grupo tão importante (em termos quantitativos) quanto União Europeia e América do Norte (excetuando-se México) nos produtos exportados.

No início dos anos 2000 até 2005, o Brasil deixa de ser deficitário na conta corrente, elevando seus saldos pouco a pouco, o que se reflete no Gráfico 1. Tais saldos cada vez mais positivos decorrem sobretudo de três motivos, das exportações que se expandem, de um certo aumento na competitividade da taxa de câmbio e na retomada paulatina do financiamento externo, garantindo uma entrada mais expressiva de reservas internacionais (ANTUNES, 2019: p. 39).

Além disso, o principal responsável pela rápida ascensão das exportações brasileira foi o aumento do preço das commodities no mercado internacional, fazendo com que as exportações brasileiras somassem em torno de US\$54 bilhões em 2000, chegando a US\$193 bilhões em 2008 (MDIC, 2020; CASSANO et al, 2017: p.71).

Gráfico 2 – Importações brasileiras por grupos selecionados, 2000-2018 (em US\$ milhões)



Fonte: ComexStat (MDIC). Elaboração própria.

Neste segundo gráfico, que contém a trajetória das importações brasileiras por grupos específicos, compreende-se melhor a elevação dos saldos nas transações correntes brasileiras. Isso ocorre porque a explosão nas exportações tem uma contrapartida mais atenuada nas importações, traduzindo-se nos saldos da balança comercial, com um déficit de US\$ 0,7 bilhões em 2000 e superávit de US\$46,4 bilhões em 2006, tendo como base os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Somado à isso, percebemos nos grupos escolhidos uma trajetória bastante semelhante, com o choque em 2009, certa retomada até 2013 e a queda nos anos seguintes.

Já no fim da primeira década de 2000, o ambiente internacional era turbulento, sofrendo com a crise que se iniciou em 2008. No início da década de 2010 passam a vigorar medidas mais protecionistas a alguns setores que competiam com importações, apesar de não ter representado um aumento na produtividade (CASSANO et al, 2017: p. 73).

Somado a isso, há uma desvalorização do Real, mas não é acompanhada por um aumento das exportações ou diminuição das importações (CASSANO et al, 2017: p. 82). Tal desvalorização é explicada pela redução da taxa de juros que veio acompanhada de ampliação do acesso ao crédito via bancos públicos, mas que não teve, como já vimos, maiores contrapartidas positivas no saldo da balança comercial. (CARVALHO, 2018: p. 46-47).

Como muito bem exposto por Laura Carvalho (2018), o Brasil entra em uma grave crise econômica e fiscal a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff, um governo que começa com medidas de austeridade e logo em seguida é destituído por um golpe institucionalizado. Nesse novo governo Temer, carente de legitimidade, o debate político dá lugar a flexibilizações nas leis trabalhistas, teto de gastos e todo tipo de reformas com o intuito de reduzir o tamanho do Estado Brasileiro.

Como observável nos gráficos anteriores, nesse cenário recessivo, o país perde volume de comércio, mesmo com sucessivas desvalorizações do Real. Em termos reais e na taxa real efetiva de câmbio, a moeda nacional se deprecia frente ao dólar, mesmo que haja diferença de patamares nessas duas taxas (NONNENBERG, 2019: p. 2). Nesse sentido, há um decréscimo tanto de exportações quanto de importações, que refletem a queda real do Produto Interno Bruto na época.

Tabela 1 - Participação (%) média de bens intermediários, 2000-2018

	<u>América Latina</u>	<u>América do Norte</u>	<u>União Europeia</u>	<u>China</u>	<u>% no Total</u>
Exportação	49,3%	60,1%	72,9%	86,9%	64,5%
Importação	56,5%	64,4%	62,0%	62,0%	59,8%

Fonte: ComexStat (MDIC). Elaboração própria.

Na tabela anterior é apresentada a participação dos bens intermediários tanto nas exportações como nas importações brasileiras entre os anos 2000 e 2018. Nela podemos constatar que tanto nos grupos específicos selecionados como no total de trocas o Brasil ocupa uma posição consolidada de exportador e importador de bens intermediários, quase como um nexo produtivo que conecta as regiões escolhidas.

Se for feita a análise, por exemplo, da composição dos bens intermediários de acordo com as grandes categorias econômicas no nível 2, percebemos que o Brasil possui relações complexas e diversificadas com tais grupos. Para constatar tal fato pode ser feita um breve resgate da participação média entre 2000 e 2018, separando os bens intermediários em três categorias: 1) Alimentos e insumos industriais básicos; 2) Alimentos e insumos elaborados; e 3) Peças para bens de capital e equipamentos de transporte;

Tabela 2 - Participação média na decomposição de bens intermediários, 2000-2018

	América Latina	América do Norte (s/ Méx.)	União Europeia	China
Alimentos e insumos industriais básicos	1,57%	1,61%	10,34%	12,82%
Alimentos e insumos industriais elaborados	10,95%	10,45%	12,48%	3,05%
Peças para bens de capital e equipamentos de transporte	5%	4%	3%	0%

Fonte: BNDES (2020). Elaboração própria.

Por se tratar de uma média em um período longo podem existir certos desvios mais relevantes da média, como é caso sobretudo da China. A partir de 2009, os chineses passaram a ser grande compradores de alimentos e insumos industriais básicos chegando a ter, em 2018, 26% na participação. Para os outros dois grupos não existiram desvios da média de magnitude relevante.

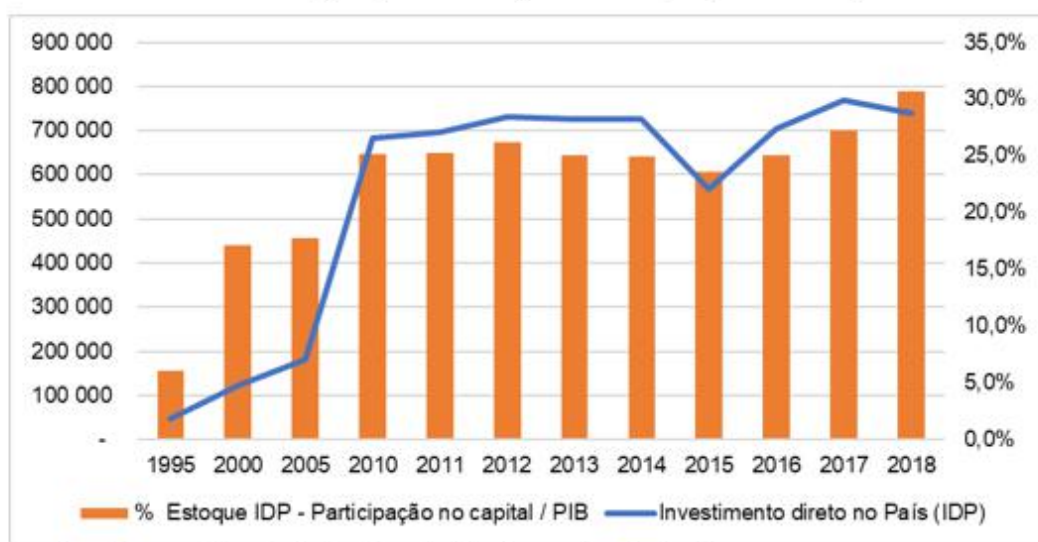
Essa seção ajuda a retomar o que Virgínia Fontes colocou como “plena socialização das forças produtivas”, em que o Brasil atua como exportador tanto de produtos elaborados como básicos para os mais diversos grupos econômicos. Evidenciando, portanto, a complexidade das relações capitalistas na contemporaneidade.

Outro ponto importante, como defendido por Ruy Mauro Marini, é que há um impulso expansionista nas relações comerciais brasileiras, conferindo um certo grau de complexidade industrial em solo nacional e que faz o Brasil ocupar um papel de conexão entre cadeias produtivas globais, exemplificado na característica da exportações de bens intermediários. É lógico que não basta para a análise olharmos somente as esferas produtiva e de circulação no âmbito nacional para caracterizar a atuação brasileira na América Latina, mas já se introduz a importância que o continente latino-americano passa a ter nos tempos atuais.

2.2.2. Os investimentos estrangeiros no Brasil a partir de 2001

O objetivo desta seção é trazer dados e informações acerca dos investimentos estrangeiros que entraram no Brasil, tendo como objetivo entender qual a origem dos proprietários de uma parcela do capital estabelecido em solo nacional e a quais atividades estes se destinam. Para isso, será utilizado o censo do Banco Central sobre “investimentos diretos no país” (IDP), que nesse caso apresenta um detalhamento anual somente a partir de 2010 e de modo pontual nos anos anteriores, como demonstra o seguinte gráfico.

Gráfico 3 – IDP (US\$ milhões) e Participação no capital/PIB



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Própria.

O IDP em participação no capital vem ganhando, de maneira gradual, maiores proporções, como pode ser observado, em 2018 chega ao patamar de aproximadamente 30% do produto interno. A movimentação ao longo dos anos é semelhante à da balança comercial, permanece quase constante até 2014, passa por uma queda em 2015, retoma no biênio 2016-2017 e tem uma pequena queda em 2018.

Desagregando os dados do IDP por país controlador final, percebe-se que, a partir de 2010 até 2018, um grupo constante de países detém em média 74,2% da participação no capital. Esse grupo é representado por dez nações: Estados Unidos, Espanha, Bélgica, Reino Unido, França, Japão, Brasil, Alemanha, Suíça e Países Baixos (BACEN, 2020). À princípio, o Brasil constar neste grupo de dez países não

parece fazer sentido, mas como está sendo detalhada a participação no capital por país controlador final, conclui-se que instituições controladas por empresas brasileiras possuem investimentos em solo nacional. Nesse sentido, também pode ser inferido que os controladores de fato são empresas dos respectivos países citados.

Quando se desagrega por atividade, os dez principais setores que, ao longo de 2010 a 2018, concentraram cerca de 66% da participação no capital foram: Serviços Financeiros, Bebidas, Comércio (exceto veículos), Telecomunicações, Extração de petróleo e gás, Eletricidade, gás e outros, Veículos Automotores, Metalurgia, Produtos Alimentícios e Produtos químicos. Os setores que ganham destaque são o de serviços financeiros que ocupam em média 18% da participação no capital e o de indústria em geral que ocupa 24% (BACEN, 2020).

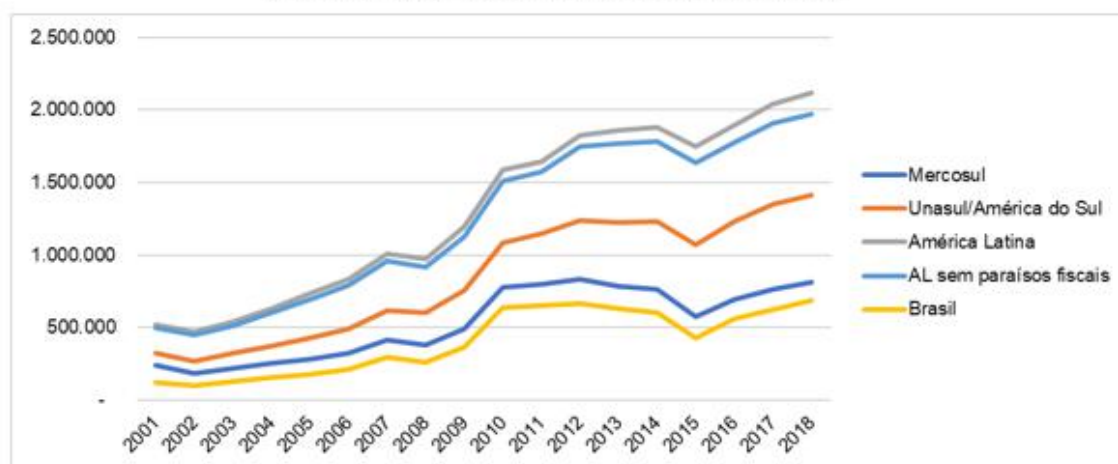
Por último, o Banco Central disponibiliza uma tabela do último ano de censo em que se desagrega o IDP por atividade e por país. Nesse sentido, para o ano de 2018, os dez países que mais investem no Brasil se mantêm, mas exclui-se Brasil e é incluída a China. Os cinco principais setores que receberam o maior volume de investimentos desses países são, em ordem decrescente: indústria de transformação (31,5%), atividades financeiras (25,2%), comércio e relacionados (8,5%), eletricidade (7,7%) e indústria extrativista (6,3%) (BACEN, 2020).

2.2.3. A expansão limitada dos investimentos brasileiros na América Latina

O Investimento direto brasileiro no exterior (IDBE, IDB), no que diz respeito à participação em capital, corresponde à maior parcela dos capitais nacionais no exterior, se considerado o intervalo entre 2001 e 2018, de acordo com o censo anual promovido pelo Banco Central do Brasil. Cabe trazer a informação de que este censo foi iniciado no ano de 2001 e seu maior nível de desagregação corresponde à rubrica do investimento externo no balanço de pagamentos, ao país receptor do capital e à atividade destino. Então, este será o nível mais profundo de análise permitida por essa base de dados, o que já permite um bom entendimento do movimento geral.

No Brasil, há uma tradição histórica de poucos investimentos externos, mesmo quando comparado com os países em desenvolvimento. E, para além disso, após o processo de liberalização na economia brasileira dos anos 1990, muitos dos capitais nacionais buscaram paraísos fiscais, algo que é captado em parte nos dados a serem expostos (ROCHA, 2014: p. 87). Apesar desse grande montante nos paraísos fiscais distorcer um pouco a trajetória histórica dos IDBs, é possível deduzí-los da análise em função do nível de desagregação por país possibilitado pelos dados do Banco Central.

Gráfico 4 - Estoque de investimento externo direto recebido por grupos selecionados (US\$ milhões), 2000-2018



Fonte: UNCTAD (2020). Elaboração própria.

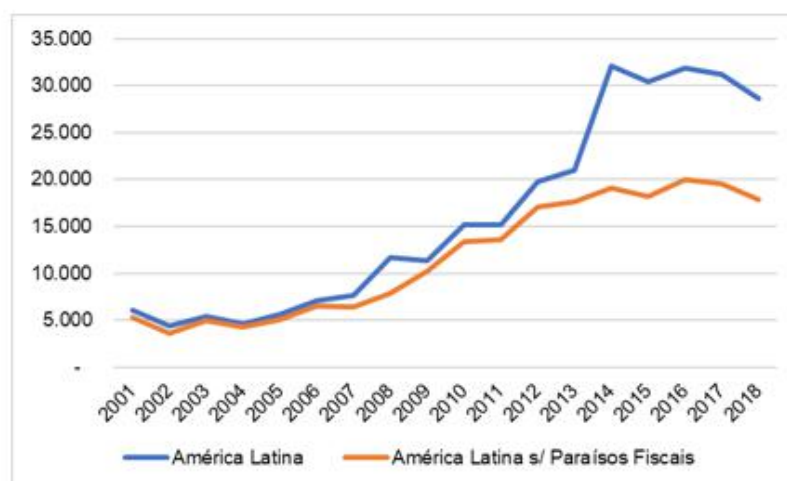
Este gráfico contribui para evidenciar que na América Latina como um todo há uma expansão dos investimentos externos recebidos; temos uma trajetória quase sempre de ascensão, nunca chegando a níveis próximos do início do século. Além disso, de acordo com os dados da UNCTAD, o Brasil constitui uma parcela expressiva dos investimentos recebidos na América Latina, representando expressiva participação em relação aos países membros do Mercosul, por exemplo.

Já no que se trata dos investimentos brasileiros no exterior, há de ser feita algumas considerações iniciais. A primeira é de que, como já mencionado, paraísos fiscais, em média, receberam 60% dos investimentos brasileiros entre 2001 e 2018 (BACEN, 2020). Em segundo lugar, o Brasil possui uma tradição de investir de forma preponderantes em um grupo seleto de países, a saber: Argentina, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Uruguai (CORRÊA et al, 2008: p. 253; BACEN, 2020).

Corrêa et al (2008) faz um resgate aos trabalhos de Ferraz, Kupfer e Haguenauer (1996; 1997) para caracterizar o processo de internacionalização brasileira como bastante singular. Isso se deve ao motivo de que em poucos outros casos a relação capital local/capital estrangeiro baixa e que a tendência era de continuidade (CORRÊA et al, 2008: p. 256).

Nesse sentido, como resultado de seu trabalho, chegaram a conclusão que nos anos analisados, o setor de commodities apresentou uma queda na representatividade dos investimentos estrangeiros. Já no setor de bens de consumo não duráveis, houve uma ascensão sensível, chegando a dobrar entre 2001 e 2005, mas isso também se deve ao baixo investimento das empresas do setor secundário (CORRÊA et al, 2008: p. 256-257).

Gráfico 5 - Participação em capital brasileiro na América Latina, 2001-2018 (em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Do gráfico acima observa-se que a participação dos capitais brasileiros na América Latina aumenta de forma relevante ao longo dos anos e, se considerarmos que foram excluídos os paraísos fiscais da América Central, a tendência se torna mais atenuada, sobretudo nos anos a partir de 2015. Entretanto, deve-se considerar que na participação em capital brasileira como um todo, o patamar mais elevado atingido fora de 14,2% no primeiro ano do censo em 2001, com uma média entre 2000 e 2018 de 9,21% (BACEN, 2020).

Ao tratar-se da participação em capital por atividade, é percebida uma imensa preponderância do setor de serviços financeiros entre 2001 e 2006, com um percentual médio de 84,2% do total, enquanto outros setores, na média, são mais coadjuvantes, a saber: comércio (3,8%), extração de petróleo e relacionados (1,9%), construção (1,8%) e indústria de transformação (1,9%)(BACEN, 2020).

No intervalo entre 2007 e 2018, as atividades que mais receberam investimentos foram: serviços financeiros (38,9%), extração de minerais metálicos (13,6%), extração de petróleo e gás (15,95%) e metalurgia (3,29%) (BACEN, 2020). É importante destacar que essa divisão entre 2001-2006 e 2007-2018 não foi feita de modo arbitrário, mas sim pois a base de dados do Banco Central está dividida nesses dois períodos, o que reflete também uma mudança na metodologia que se expressa, por exemplo, na queda brusca dos serviços financeiros.

No ano de 2018, os dez países que concentravam 89,2% da participação em capital brasileiro no exterior eram: Ilhas Cayman, Países Baixos, Ilhas Virgens Britânicas, Áustria, Bahamas, Estados Unidos, Luxemburgo, Panamá, Espanha e Reino Unido, o que configura, portanto, uma mescla de países desenvolvidos e paraísos fiscais. Além disso, os setores onde esses investimentos mais se concentram são nos serviços financeiros (59,7%), indústria extrativa (17,05%) e indústria de transformação (5,71%).

No que diz respeito aos investimentos na América Latina, estes consistem em 5,68% da participação no capital total. Se concentrando, sobretudo, nos setores de serviços financeiros (2%), indústria de transformação (1,64%) e construção (0,74%). Em termos percentuais, são valores que beiram a irrelevância para o total das participações em capital do Brasil, mas nas seções seguintes serão expostos casos que exemplificam a relevância destes investimentos, não obstante seus pequenos volumes relativos.

Nesta seção o objetivo foi de elucidar um pouco melhor o histórico e características do investimento direto brasileiro no exterior, em específico o da participação no capital que caracteriza a propriedade por parte dos investidores nacionais. Além disso, podemos perceber algo que Lênin expôs, o fato de que os países desenvolvidos ou do centro imperialista acabam por atrair boa parte dos capitais no mundo. Ademais, fica bastante claro o quão estabelecida está a

preponderância do mercado financeiro, com suas altas participações, refletindo o domínio do capital financeiro no capitalismo brasileiro contemporâneo.

2.3. Principais aspectos da integração regional na América Latina

Nesta última seção do segundo capítulo, será remontado um breve histórico resgatando os traçados gerais das iniciativas de integração regional feitas ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. O objetivo será, então, complementar as análises prévias acerca da balança comercial e da recente relação brasileira com as participações em capital. Evidenciando, nesse retrospecto, o importante papel desempenhado pelo Estado Brasileiro para que a América Latina se tornasse uma região prioritária na política externa e nas relações comerciais.

A integração da América do Sul, se dá em três esferas de organizações multilaterais, que nos anos 2000 vieram se tornando importante espaço para a articulação entre governos e Estados soberanos no Cone Sul. Esses três níveis são: o Mercosul (Mercado Comum do Sul), onde os principais membros são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; a CASA (Comunidade Sulamericana de Nações) que se transforma em Unasul (União de Nações Sulamericanas); e, por último, a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) (VISENTINI, 2013: p. 115).

2.3.1. Mercado Comum do Sul

Segundo Visentini, o papel tomado pelo Mercosul tem sido o de estabelecer cadeias regionais de produção entre os países membros, além de estimular uma forma de cooperação no comércio regional de modo a atenuar as disparidades entre os países (VISENTINI, 2013: p. 115). A linha geral em relação ao Mercosul tendeu a privilegiar seu 'adensamento' até o fim do governo Dilma Rousseff, como exemplo deste processo, há a elevação da quantia paga ao Paraguai pela energia comprada de Itaipu Binacional (VISENTINI, 2013: p. 120-121).

Nesse sentido, o principal beneficiado do estreitamento das relações intra-Mercosul beneficiaram em maior parte os saldos comerciais brasileiros, mas no bloco como um todo o volume de comércio chega a crescer cerca de 300% entre 2002 e 2009 (SABOYA, 2015: p. 96). Além disso, de acordo com os dados do MDIC,

o Brasil acumula saldos comerciais positivos desde 2004, atingindo seu maior superávit em 2017, no valor de US\$10,7 bilhões.

Além disso, houve reuniões entre líderes do Mercosul e empresários relevantes no cenário regional, como foi o caso da reunião na FIESP com o presidente Mujica nos primeiro mandato de Dilma Rousseff. Seguindo por essa linha, existiram incentivos a vários segmentos no bloco, como o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul, dentre outras parcerias e incentivos (VISENTINI, 2013: p. 127).

Nos anos mais atuais, principalmente a partir do governo Temer, há um processo de esvaziamento do Mercosul, buscando limitá-lo a uma política de integração comercial de alguns países da América do Sul. É importante ressaltar que o marco inicial dessa crise se deu a partir da entrada da Venezuela no Mercosul em 2012, o que gera diversas tensões, inclusive internas entre a burguesia brasileira e o governo (BERRINGER et al, 2018: p. 9). Essa crise após o questionável *impeachment* de Dilma Rousseff resulta na mudança do trato perante a Venezuela no Mercosul, sendo este país suspenso do bloco, e o volume comercial com o Brasil vir diminuindo de forma considerável desde 2015 (SILVA, 2019: p. 32; 34).

O processo de descaracterização dos pilares centrais do Mercosul tem como caso emblemático as negociações dos acordos de livre comércio com a União Europeia que se desdobraram até recentemente em 2019, mesmo que isso tenha causado certas desconfiças na burguesia industrial interna representada pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Em conjunção, a Unasul também deixa de ser prioridade, inclusive com a suspensão da participação brasileira na organização ao lado de outros países (BERRINGER et al, 2018: p. 9-10).

2.3.2. CASA e UNASUL

Agora, voltando o olhar para a Comunidade Sulamericana das Nações (CASA), surgida em 2004, mas que não tardou em ser transformada na União de Nações Sulamericanas (Unasul), se trata de uma organização com objetivos de desenvolver relações e uma consciência política na América do Sul. Esta

organização, à princípio, possuiu forte protagonismo da diplomacia brasileira, como por exemplo, na resolução dos conflitos da nacionalização do gás boliviano, antes explorado pela Petrobrás, e nos confrontos entre Colômbia e Equador em 2008, além da cooperação com o governo cubano (VISENTINI, 2013: p. 115). Entre 2009 e 2010 a Unasul se consolida como fórum político da América do Sul, instituindo, por exemplo, a cláusula democrática, estabelecendo que nenhum governo democrático possa ser destituído de forma irregular (VISENTINI, 2013: p. 120).

Em seus anos iniciais, ainda chamada de CASA, a organização estabelece metas específicas e que diziam respeito a três grandes áreas, a primeira, de integração de infraestrutura e comunicação, a segunda, da coesão política e social e a terceira, de mecanismos financeiros comuns (CARVALHO, 2013: p. 98). Essa preocupação com a integração da infraestrutura será vista nos tópicos seguintes, mas tal preocupação, evidencia a importância tomada pela IIRSA.

Nos anos seguintes até meados de 2015, ratifica-se o papel da Unasul, apesar de se encontrar esvaziada nos anos mais recentes, como instituição de disseminação dos valores democráticos no subcontinente sulamericano como fica expresso nos pontos estabelecidos em uma de suas reuniões, a saber: i) solidariedade e cooperação para uma maior equidade regional; ii) soberania e respeito a integridade territorial e autodeterminação dos povos; iii) paz e resolução pacífica de controvérsias; iv) democracia e pluralismo; v) universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos; vi) desenvolvimento sustentável (CARVALHO, 2013: p. 98-99).

A Unasul passa a ser uma área de relevante influência brasileira, sobretudo a partir do momento em que a IIRSA deixa de ser uma iniciativa autônoma e é integrada à COSIPLAN, Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul, passando a obedecer diretrizes estratégicas dos Estados que a compõem (SABOYA, 2015: p. 97-98). Isso fica claro a partir do momento em que o BNDES passa a ser um dos principais financiadores dos projetos de infraestrutura na América do Sul, contribuindo para a internacionalização das empresas brasileiras. Como bem pontuado por Saboya (2015), as diretrizes da COSIPLAN passam a ser integradas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), sendo guiado pelas determinações do governo, a partir do segundo mandato de Luis Inácio Lula da Silva (SABOYA, 2015: p. 98).

2.3.3. CELAC e PROSUL

A Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos tem seu início em 2010, tendo sido articulada no segundo mandato Lula e consolidada nos seguintes anos no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Era um fórum político que buscava uma integração e diálogo entre as nações da América Latina como um todo (VISENTINI, 2013: p. 120).

O início dessa articulação se deu em reuniões do Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), que objetivaram sistematizar suas proposições formando a CELAC. A iniciativa de criação do grupo foi feita por líderes mexicanos, que buscavam maior autonomia frente ao governo estadunidense, e por lideranças brasileiras, que tinham a finalidade de ampliar sua liderança por meio do multilateralismo (CARVALHO, 2013: p. 88-89).

Além disso, tinha como objetivos principais as clássicas buscas dos países latino-americanos de evitar consequências recessivas e restrições externas em razão da crise financeira pela qual passava as principais economias globais no fim da primeira década do século XXI (CARVALHO, 2013: p. 89).

Em razão de ser uma comunidade com lideranças das mais diversas e objetivos internamente contraditórios, a CELAC teve desde seu início dificuldades em estabelecer uma agenda comum entre seus países membros (CARVALHO, 2013: p. 89). Nessa esteira de dificuldades de articulação, em 2019, o governo brasileiro anuncia sua saída da Comunidade sob o argumento da aceitação no grupo de governos autoritários como Venezuela, Nicarágua e Cuba, reforçando uma proximidade com a Organização dos Estados Americanos, grupo de países que inclui Estados Unidos (ROCHA, 2019).

Nesse contexto de redefinição de política externa, é anunciado por atuais mandatários da América do Sul, o PROSUL, Foro para o Progresso da América do Sul. Este foro foi capitaneado pelos presidentes da Colômbia e Chile, Iván Duque e Sebastián Piñera, respectivamente, com o objetivo de reunir países do subcontinente no intuito da reorganização do diálogo e interações. Os países que, de início, assinaram a Declaração de Santiago (documento que deu início ao grupo)

foram Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru, não incluindo todas as nações do subcontinente (FIGUEIREDO, 2019).

O propósito era o de reintegrar a América do Sul, frente ao processo de esvaziamento da Unasul, promovido em grande parte pelos próprios governos que se tornaram signatários do PROSUL. Tal processo seria realizado através da “ausência de ideologias, burocracias, com democracia e preservação dos direitos humanos” como proferiu o presidente chileno (FIGUEIREDO, 2019).

Nesse bojo, a organização tem seis propósitos genéricos: i) Cooperação e coordenação; ii) Diálogo; iii) Implementação gradual e flexibilidade na estrutura; iv) Integração infraestrutural; v) Requisitos de participação, como o respeito à democracia e ao estado democrático de direito (FIGUEIREDO, 2019). Em setembro de 2019 foi emitida, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, esta primeira declaração ministerial com as diretrizes do PROSUL, um documento em língua espanhola com onze páginas que elabora um pouco mais os princípios aqui expostos. Para a realização de suas propostas foram estabelecidos vários grupos de trabalhos com temas diversos (MRE, 2019).

Capítulo 3: Integração física, BNDES e a internacionalização de capitais das empresas brasileiras

Como foi exposto no capítulo anterior, o Brasil ainda possui uma certa base industrial, mas, como defendido por Carlos Martins (2011), está bastante atrelado à economia estadunidense. Nesse contexto, o Estado brasileiro em consonância com segmentos da burguesia nacional procuraram tornar a América Latina uma zona de influência de seus capitais por meio do BNDES (MARTINS, 2011: p. 326), tomando bastante preponderância nos financiamentos de infraestrutura e serviços relacionados com os vizinhos brasileiros.

Nesse sentido, o autor propõe que a integração regional deve ter como propósito a redução de desigualdades e assimetrias, buscando solidez nos seus fundamentos macroeconômicos (MARTINS, 2011: p. 326-327). De acordo com essa avaliação de Carlos Martins, o presente capítulo buscará fazer uma leitura do desdobramento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana e do papel atribuído pelo Estado brasileiro ao BNDES dentro dessa organização e como grande financiador da internacionalização das empresas brasileiras, observando como foram as características deste processo.

3.1. IIRSA, COSIPLAN e a expansão de capitais brasileiros

A IIRSA se trata de um projeto de integração funcional e operacional, focada na promoção de obras de infraestrutura de transportes, comunicação e energia. Desse modo, esta iniciativa foi implementada como pavimentação da ALCSA (Área de Livre Comércio Sulamericana) e, à princípio, estavam associadas nos anos 2000, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, como braços complementares da política de integração regional (LUCE, 2007: p. 67).

Em um breve histórico, a internacionalização de empresas brasileiras se iniciou em meados do século XX, mas o processo passa a ganhar mais volume no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, apresentando taxas de crescimento sempre positivas, não obstante fossem constantes e limitadas em termos de quantidade, como foi exposto no segundo capítulo. Dentro desse cenário, há um predomínio dos “campeões nacionais”, empresas que são líderes do ramo na economia global, mas que não pertencem aos setores dinâmicos ou de alta

tecnologia, apesar de apresentarem escalas de grandes proporções e complexidade.

Os setores que estavam na ponta de lança do processo são mais destacadamente os de mineração, siderurgia, engenharia e petróleo, mas não se limitam somente a estes segmentos. Empresas das indústrias de alimentos, perfumaria e cosméticos, bens de capital, transporte e equipamentos e aviação também representaram parte da internacionalização. Os exemplos mais emblemáticos são: Vale, Gerdau, Votorantim, Petrobrás, Odebrecht, Camargo Corrêa, Friboi, O Boticário, Tigre, Marcopolo e Embraer (FONTES, 2013: p. 105).

Em meio a esse processo de internacionalização, surge a IIRSA, capitaneada e gerenciada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, um dos órgãos multilaterais financiadores, que demarcou suas metas e pedra fundamental. Tais objetivos diziam respeito não só às integrações funcionais, mas também da eliminação de barreiras alfandegárias, compatibilidade de marcos regulatórios, ampliação de convênios e um sistema baseado em regras transparentes. Por isso, dentro deste escopo delimitado, foram estabelecidos onze eixos territoriais, onde seria buscada a contiguidade física entre os países da América do Sul, potencializando os fluxos intrarregionais (LUCE, 2007: p. 70-71).

O fato de a integração se estabelecer nessa configuração interessou muito aos exportadores brasileiros, pelo fato de conectar seus mercados consumidores, mas também de outras empresas brasileiras, como Vale e Marcopolo, que mantêm plantas de fábricas em países vizinhos ao Brasil (LUCE, 2007: p. 72-73). Não é de se espantar que os grandes parceiros comerciais da América do Sul, como China, União Europeia, Japão e Estados Unidos se interessaram por este projeto (VISENTINI, 2013: p. 115).

A IIRSA, portanto, tem sua origem na I Reunião de Presidentes da América do Sul ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas a iniciativa de liderança na integração era tímida, sendo o papel principal das agências regionais de fomento (COUTO, 2008: p. 10-11). Na mudança de governo, quando assume o primeiro mandato de Lula, a IIRSA passa a ser encarada de modo diferente, em um cenário que, ao contrário do mandato anterior, os grandes dirigentes brasileiros tomam um comportamento mais ativo (LUCE, 2007: p. 74). Isso se reflete na adoção

do BNDES como financiador da iniciativa com uma postura de financiador das exportações brasileiras. O banco assume, neste bojo, o papel de braço econômico da política externa, como promotor da competitividade das empresas nacionais em países vizinhos, impulsionando ganhos de escala e de escopo (LUCE, 2007: p. 75-76).

Nessa perspectiva, a medida operacional tomada foi a criação de um produto financeiro para a exportação de serviços e internacionalização de empresas nacionais, a linha de financiamento “Pós-Embarque-Serviços”, mostrando um esforço estatal para o financiamento dessas atividades (FONTES, 2012, p. 346). Aliado à isso, acrescenta-se que o BNDES se utilizou de diversos mecanismos de apoio, como captação de moeda externa, além de ter aberto filial em Montevidéu na primeira década deste século e utilizar Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal como fornecedores de capital de giro em suas linhas de financiamento ao comércio exterior (FARIAS, 2017: p. 189).

Além dessas políticas diferenciadas para internacionalização de capitais por meio da exportação de serviços, o processo foi desenhado de modo que o diferencial das propostas na concorrência de licitação eram o fato que as empresas brasileiras já levavam o financiamento do BNDES (BARROS, 2018: p. 107).

Apesar de toda essa inserção do BNDES como financiador de projetos da IIRSA, os projetos prioritários não foram financiados pelo banco. Não obstante tivesse sua participação um pouco limitada, o banco se tornou responsável por financiar diversos projetos na América do Sul como um todo, concedendo empréstimos para a construção de empreendimentos em áreas estratégicas. Exemplos: financiamento do setor de energia, no caso dos grandes gasodutos na Argentina e usinas hidrelétricas como as de São Francisco e de La Vuelta, além da ampliação do metrô em Santiago no Chile e Caracas na Venezuela, para o caso de transporte, dentre outros projetos. Tão logo este papel fora atribuído ao BNDES, a sua carteira de Pós-Embarque se tornou bilionária (COUTO, 2008: p. 11-12).

Em 2006, os projetos saem da fase de contratação e passam a ser executados de maneira coordenada por meio da Agenda de Implementação Consensuada com um de seus objetivos principais sendo impedir que as obras se tornem grandes corredores de exportação. Tal fato ocorre dada a constatação de

que havia uma limitação em incrementar os fluxos na economia regional da América do Sul, até pelos limites geográficos impostos como a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes (COUTO, 2008: p. 15-16).

Quando do final da gestão do BID em 2010, em seu relatório de avaliação do andamento dos projetos, o banco analisa os problemas da IIRSA na execução dos projetos. Nesse relatório, o banco aponta a limitação da informação e uniformização no planejamento territorial, além dos critérios imprecisos para classificar os projetos quanto aos seus impactos e, não menos importante, o número considerável de projetos limitados nacionalmente, não obedecendo a uma lógica de integração, além de pouca harmonização regulatória (PADULA, 2010: p. 206).

Todas as limitações, que também incluíram dificuldades na mobilização de recursos privados, levaram a poucos incentivos para a diminuição das assimetrias regionais, contribuindo apenas para elevar os fluxos da região com o comércio internacional (PADULA, 2010: p. 207).

Em meio a essa conjuntura, voltando ao objeto principal, Larissa Martins Monteiro de Barros (2018) traz uma avaliação precisa do que significou a IIRSA para a expansão dos capitais brasileiros:

“Nesse cenário, a IIRSA parece cumprir uma função tridimensional para a expansão do Brasil: a) garante estrutura para acesso das exportações brasileiras ao mercado asiático no momento de *boom das commodities*, beneficiando sobretudo o setor do agronegócio; b) favorece o movimento de internacionalização de grandes empresas brasileiras do setor da construção pesada; c) privilegia a expansão dos capitais brasileiros a partir do financiamento de obras em outros países. (BARROS, 2018: p. 99).”

É possível notar que a IIRSA, como constatou a autora, configurou grandes corredores de exportação, com o objetivo de escoamento dos produtos da região para o mercado asiático. Um exemplo que evidencia isso são os investimentos japoneses e chineses na região (BARROS, 2018: p. 99).

A última característica conveniente à análise é o fato de que a maior parte dos investimentos recebidos pela IIRSA são de tesouros nacionais, além das obras serem realizadas por empresas da América do Sul em sua maioria. E, dentre esses projetos, foram as empresas de construção brasileiras que mais realizaram obras no exterior (BARROS, 2018: p. 100)

No final da década de 2000, começou a se debater em suas instâncias internas a possibilidade da IIRSA se tornar parte integrante da UNASUL que foi

fundada em 2008, em meio à reconfiguração da integração regional ocorrendo no momento. E nesse sentido, as preocupações foram diluindo-se, separando as pautas de integração, como energia e transporte, além de seus impactos no comércio intrarregional. Somado à isso, as discussões de integração física começaram a dar lugar a disputas nacionais dissonantes (PADULA, 2010: p. 209).

Em 2011, a UNASUL cria a COSIPLAN, Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento, que passa a integrar e dar continuidade à IIRSA, mantendo o apoio do BNDES e aprofundando a gestão da iniciativa tanto no método como nos estudos de área (CARVALHO, 2013: p. 113-114). Foi criado, então, um Plano Estratégico 2012-2022, definindo e ampliando metas anteriores, criando 531 projetos com custos de aproximadamente US\$ 116 bilhões (CARVALHO, 2013: p. 114; NEVES, 2017: p. 14).

Já em 2012, totalizavam-se 544 projetos, sendo 168 em execução, 302 em preparação e 74 projetos haviam sido concluídos desde a criação da UNASUL (CARVALHO, 2013: p. 116). Ao compararmos esses números com os da IIRSA, são 33 projetos concluídos em seus 10 anos de existência, percebe-se um incremento em sua eficiência operacional, que até 2015 já havia concluído 76 de seus projetos (NEVES, 2017: p. 14). Entretanto, no que diz respeito aos valores investidos, há um certo decréscimo na média dos gastos, passando de uma média de 15 bilhões de dólares entre 2000 e 2010, para cerca de 12,5 bilhões de dólares entre 2011-2015 (NEVES, 2017: p. 16).

Uma informação relevante é que, mesmo diante da crise que se propagou na América Latina como um todo, a COSIPLAN se manteve concluindo projetos. Entre 2013 e 2017, foram entregues cerca de 80 projetos, de acordo com Neves (2018, p. 338). Esse impacto da crise foi dirimido, em parte devido à entrada mais intensa de atores estrangeiros, como o governo chinês, e da maior participação dos capitais privados de empresas sul-americanas (NEVES, 2018: p. 338-339).

Nesse cenário, a COSIPLAN e a integração da infraestrutura regional da América do Sul ainda encontra muitas dificuldades, em parte as mesmas das encontradas pela IIRSA, como NEVES (2018) pontuou:

“As principais barreiras são: 1. Projetos majoritariamente de caráter nacional e não diretamente relacionados à integração; 2. Dificuldade de atuar bilateral e multilateralmente; 3. Não existência de um projeto regional de integração que seja mantido e priorizado pelos Estados

Sul-Americanos; 4. Dificuldades fiscais nacionais para financiar obras de infraestrutura; 5. Não priorização da integração regional da infraestrutura na agenda interna dos países (NEVES, 2018: p. 340).”

Nesta seção, portanto, buscou-se expor e discutir alguns dos aspectos principais de como se estabeleceram e desdobraram as principais iniciativas para a integração regional no âmbito da infraestrutura na América do Sul, IIRSA e COSIPLAN. O objetivo desses resgates foram o de mostrar o panorama político-econômico destes processos e como o Estado Brasileiro se inseriu nestas instâncias por meio do BNDES como um instrumento para a exportação de capitais brasileiros, estando por vezes na liderança de toda a efervescência da integração ao longo destas duas primeiras décadas do século XXI. Na próxima seção será feito um estudo mais aprofundado do BNDES como banco que se desenhou ao longo desses anos como um parceiro do grande capital nacional em sua inserção na América Latina.

3.2. O papel do BNDES na exportação de capitais brasileiros

As diferentes trajetórias de desenvolvimento são objetos de amplo estudo em diversas ciências sociais, já no âmbito do Desenvolvimento Econômico, um dos estudos inaugurais sobre o tema foi o de Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective* (O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica). Nesse livro o autor destaca alguns agentes e perfis socioeconômicos discrepantes, em especial da Rússia e antiga Prússia, que levaram a processos de industrialização diferentes quando contrapostos à também complexa industrialização inglesa.

Para este estudo, o autor faz uma consideração de suma importância em relação ao papel dos bancos:

“...industrial investment banking must be conceived as specific instruments of industrialization in a backward country. It is here essentially that lies the historical and geographic locus theories of economic development that assign a central role to processes of forced-saving by the money creating activities of banks (GERSCHENKRON, 1962: p. 14).”²

² Tradução livre: “... bancos de investimento industrial devem ser concebidos como instrumentos específicos de industrialização em um país atrasado. É aqui que essencialmente se estabelece o locus teórico histórico e geográfico do desenvolvimento econômico que atribui o papel central dos processos de poupança forçada pelas atividades criadoras de moeda dos bancos”.

Aqui pode ser percebido o papel importante dos bancos no desenvolvimento de um país e como este atua criando poupança, centralizando e fornecendo os capitais necessários ao processo de industrialização em países que não obedeceram a “clássica” trajetória no desenvolvimento, acabando por necessitar de um amplo escopo de investimentos (GERSCHENKRON, 1962: p. 14).

No que se refere ao papel do Estado para o desenvolvimento econômico, Gerschenkron elenca alguns aspectos referindo-se à industrialização russa no fim do século XIX:

“...(1) Basic was the fact that the state, moved by it's military interest, assumed the role of the primary agent propelling the economic progress in the country. (2) The fact that economic development thus became a function of military exigencies imparted a peculiarly jerky character to the course of the development; it proceeded fast whenever the military necessities were pressing and subsided as military pressures relaxed... (GERSCHENKRON, 1962: p. 17).”³

Através dessas palavras, não é difícil de interpretar que certos interesses determinarão as políticas do Estado. E, posto isso, ocorrerá o “progresso econômico” fruto de tais interesses e que sua dinâmica será ligada, portanto, à sua maior ou menor relevância em um dado contexto histórico. Nesse sentido, segundo Farias (2017), tanto aspectos culturais como históricos envolvendo um “jogo de forças” entre Estado e mercado geram diversas trajetórias de desenvolvimento (FARIAS, 2017: p. 180).

O autor também argumenta que os bancos de desenvolvimento seriam entidades ligadas ao Estado, disponibilizando recursos para financiamento de projetos de longo prazo, atuando no sentido de dirimir ou solucionar falhas de mercado (FARIAS, 2017: p. 181-182).

Este é o exato papel exercido pelo BNDES desde sua criação em 1952; seu objetivo inicial foi o de financiador de longo prazo com juros competitivos promovendo o desenvolvimento industrial, investimentos em infraestrutura e integração territorial (FARIAS, 2017: p. 183). Ainda com essa função, no final dos anos 1990, o banco adotaria a função de suporte à formação de grandes empresas

³ Tradução livre: “... (1) O fato básico era que o Estado, movido pelos seus interesses militares, assumiu o papel de agente primário promovendo o progresso econômico no país. (2) O fato que o desenvolvimento econômico se tornara uma função das exigências militares implicou em um caráter peculiarmente irregular no curso do desenvolvimento; procedia de maneira rápida quando as necessidades militares estavam pressionando e desacelerava quando as pressões militares relaxavam...”

nacionais, apoiando a exportação e internacionalização de capitais dos grandes grupos empresariais brasileiros (FARIAS, 2017: 185).

Isso se verifica em dois decretos presidenciais, um de 2002, que estabelecia no estatuto do BNDES que poderiam ser financiados investimentos de empresas de capital nacional no exterior desde que beneficiem as exportações (DECRETO 4.418, 2002). A justificativa para a adoção desta medida se encontra na necessidade de aliviar a vulnerabilidade externa, que exerceu em diversos momentos um papel de estrangulamento da taxa de crescimento do produto no Brasil, mas também em um papel de estímulo à entrada nas cadeias globais de valor, promovendo uma globalização produtiva e integração regional. Fazendo com que os recursos oriundos das operações de internacionalização se desdobrassem em futuros financiamentos com o mesmo objetivo (ALEM et al, 2005: p. 70-71).

Já no segundo decreto, de 2007, se delimita melhor o artigo anterior, especificando que:

“Art. 9º O BNDES poderá também (...) II - financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País... (DECRETO 6.322, 2007)”

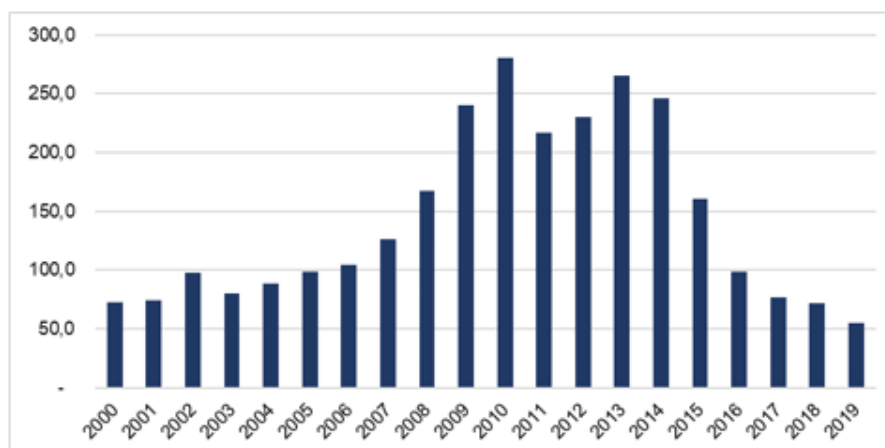
Ou seja, neste novo decreto se especifica que não só há a necessidade de beneficiar exportações como também contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, princípios estes que já integravam o próprio nome do banco. Além disso, foram aumentadas a autonomia e agilidade de operações do banco; e, à esses fatores, adicionou-se a contratação de estudos técnicos e apoio financeiro para projetos que não só promovam o desenvolvimento interno, mas também impulsionem a integração à América Latina (BUGIATO, 2014: p. 94).

Além da importância do Estado Brasileiro em si, percebe-se que o BNDES adquire um protagonismo dentre os bancos de desenvolvimento tanto a nível regional na América Latina, como de nível global, quando comparado aos maiores bancos desse ramo.

Tal fato se traduz nesta comparação entre alguns bancos de desenvolvimento, onde tem-se que, em 2002, o BNDES já possuía desembolsos da ordem US\$38 bilhões, superiores aos do Banco Mundial em 2012, de US\$31 bilhões. Em relação à carteira de crédito, o BNDES atinge patamares semelhantes aos do KFW (Banco Alemão de Desenvolvimento), este com US\$ 526 bilhões e

aquele com US\$ 524 bilhões, mas ambos são inferiores ao CDB (*China Development Bank*), com uma carteira de US\$1,2 trilhões (FARIAS, 2017: p. 185-186).

Gráfico 6 - Desembolsos totais do BNDES (em R\$ bilhões, preços de 2019)



Fonte: BNDES (2020). Elaboração própria.

Ao comparar o BNDES com bancos vizinhos, também observa-se a preponderância em termos comparativos: contrastando o volume de recursos disponíveis para investimento em 2007, o BNDES possuía US\$ 14 bilhões, o CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) tinha US\$ 4,125 bilhões, já o BANDES venezuelano, possuía suas disponibilidades em US\$ 4,56 bilhões (VALDEZ, 2011: p. 64).

Em meio a esse cenário, o BNDES passa a elevar seus investimentos em infraestrutura de integração regional, na figura da IIRSA, exacerbando a internacionalização das empresas brasileiras (VALDEZ, 2011: p. 64-65). Além disso, tentando se firmar como um banco importante na região, o BNDES assina em conjunto com o CAF um acordo de atuação na América do Sul e inicia diálogos com a Fonplata com o objetivo de avançar a integração regional; é importante ressaltar que ambas são instituições multilaterais (SEVERO, 2011: p. 101).

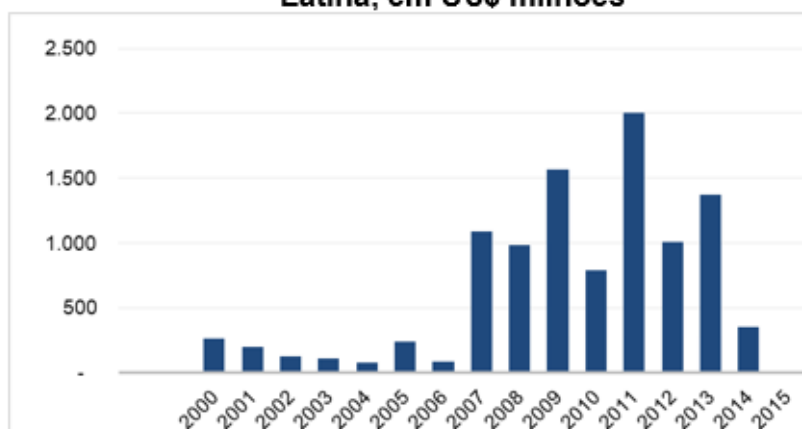
Nesse sentido, como Valdez pontua (2011: p. 65), a IIRSA possibilitou o processo de internacionalização das empresas brasileiras de engenharia, fazendo com que o BNDES e tais companhias mantivessem uma relação estreita ao longo dos anos. Então, por se tratar de um setor de alto valor agregado, e que já vinha

acompanhado de linhas de financiamento do BNDES e garantias de instituições financeiras referência no mercado, as grandes empreiteiras brasileiras que figuravam entre as maiores empresas do mundo à época, se destacavam nos processos de licitação (VALDEZ, 2011: p. 66; LUCE, 2007: p. 76; SEVERO, 2011: p. 102).

Somado a isso, bancos regionais de desenvolvimento atuam capilarizando a atuação do BNDES por todo o território brasileiro na modalidade indireta, seja através de bancos privados ou de bancos públicos, como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Banco do Nordeste Brasileiro, Banco da Amazônia, Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul, dentre outros. Também nessa esteira, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal eram utilizados como intermediários de operações de crédito de estímulo à exportações por meio do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) (SEVERO, 2011: p. 105; 107).

O BNDES se associa ao CAF, ampliando sua sociedade junto ao banco, passando a ser um sócio Classe A, podendo influenciar em sua gestão de maneira mais direta, resultando em uma parceria na maioria dos projetos de infraestrutura no âmbito da IIRSA. A maior participação do BNDES acabou por garantir uma base sólida para a internacionalização das empresas de engenharia brasileiras, com destaque para as gigantes empreiteiras: Camargo Correa, Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS (BARROS, 2018: p. 106; VALDEZ, 2011: p. 64).

Gráfico 7 - Desembolsos BNDES, Pós-Embarque - Serviços, para América Latina, em US\$ milhões



Fonte: BNDES (2020). Elaboração própria.

Esse processo é, para Larissa de Barros (2018), parte da política de inserção internacional competitiva, que busca ampliar seu espaço na divisão internacional do trabalho, contribuindo para a concentração e centralização do capital (BARROS, 2018: p. 106-107). O resultado disso é que o BNDES se torna o maior banco de desenvolvimento da região, um processo que esteve associado sempre à política externa desde que fora explicitado nas alterações estatutárias do banco (BARROS, 2018: 107-108).

Em termos operacionais, o BNDES redesenha suas políticas de crédito, redirecionando um de seus produtos financeiros, a linha “Pós-Embarque”, para exportação de serviços de infraestrutura. A importância que tal produto adquire é observável no gráfico anterior. Como podemos perceber, a partir de 2007 há um salto quantitativo dos desembolsos, que acompanha a fase de execução dos projetos da IIRSA, as mudanças estatutárias e, portanto, a prioridade na política externa para internacionalização do capital brasileiro.

As principais empresas que concentram os desembolsos na linha de Pós-Embarque – Serviços do BNDES com a América Latina de destino são as empresas: Odebrecht (US\$ 4.763,02 milhões), Andrade Gutierrez (US\$ 940,46 milhões) e OAS (US\$ 167,61 milhões). Tais cifras concentram em torno de 85,27% dos desembolsos totais desse produto financeiro (BNDES, 2020).

Exemplos das obras resultantes desses financiamentos são: aeroporto em Tena, no Equador pela Odebrecht que custou US\$ 54 milhões; segunda ponte bimodal sobre o Orinoco pela Odebrecht, na Venezuela, que custou US\$ 1,22 bilhões; rodovia Potosí-Tarija na Bolívia, pela OAS (DE BARROS, 2018: p. 105-106).

À respeito dos investimentos realizados em 2003, o BNDES em seu relatório anual destaca que os desembolsos para financiamento de exportações se distribuem sobre os mais diversos setores, mas em maior parte nos de alto valor agregado, a saber: setor de aeronaves, veículos automotores e autopeças; bens de capital situam-se na casa de 70%. Já na exportação de serviços, o banco enfatiza um prospecto positivo em 2004 devido ao fato de que vários projetos relacionados à integração sul-americana foram enquadrados em 2003 (BNDES, 2003: p. 41).

No relatório de 2007, há um grande destaque para o recorde no suporte à exportações para a América do Sul, caracterizados pelo financiamento a todos os setores da economia, mas principalmente os de bens de capital, serviços de engenharia e/ou software, representando 70%. Em um dos parágrafos, ressaltam-se os incentivos à exportação, como a não constituição de garantias reais para contratos no valor de até R\$ 2 milhões, a diminuição da taxa de desconto nas operações e o alongamento dos prazos (BNDES, 2007: p. 80-81).

Se considerarmos a exportação de capitais brasileiros como um todo, entre 2005 e 2006, o estoque brasileiro de investimento externo mais que dobra, muito em razão das atividades de aquisição da Vale, que adquire participações da Inco, empresa canadense, além das operações já mencionadas. A Vale se tornou a maior empresa brasileira no exterior ao longo desses anos em termos de ativos no exterior, a Odebrecht liderava em 2007 por funcionários no exterior (FDC, 2007: p. 2-3).

Os dados, nesse sentido, mostram que havia uma concentração de empresas do ramo da exploração de recursos naturais, e novamente a Vale e a Petrobrás lideram nesse quesito. Das 10 maiores empresas brasileiras por ativos no exterior, 7 eram do setor de exploração de recursos naturais, as maiores sendo Vale, Petrobrás, Gerdau, Embraer e Votorantim (FDC, 2007: p. 3).

É a partir de 2005 que o Brasil se torna um grande exportador de capitais, um dos principais entre os países em desenvolvimento. Em 2006, o Brasil envia investimentos mais do que recebe, tais capitais são exportados por um conjunto de 885 multinacionais com sede no Brasil (FDC, 2007: p. 4).

Por causa de todas as características discutidas até agora, os financiamentos para a internacionalização de serviços de infraestrutura também beneficiaram, através de suas externalidades, empresas brasileiras nos setores de construção civil, siderúrgico, petrolífero, petroquímico, máquinas e aviação civil (SEVERO, 2011: p. 102). Entretanto, em 2005, também se redirecionam produtos financeiros do BNDES, como o Finem, Emissões de Debêntures e Títulos da Dívida Externa⁴, no

⁴ As informações detalhadas dos produtos financeiros se encontram no endereço: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/portfolio-produtos/portfolio-produtos>; Dentre as soluções financeiras, as de exportação e internacionalização são: Finem – Crédito

intuito de promover a internacionalização dos “campeões nacionais” de diversos setores da economia brasileira.

O marco inicial desse processo para o BNDES, de acordo com o reportado em seu relatório anual de 2007, é a abertura de seu escritório em Montevidéu. A escolha da localidade foi feita baseada no fato de ser a capital do Mercosul, sediando o parlamento da entidade multilateral. A abertura da sede do banco no Uruguai também se justificou pela crescente demanda pelos produtos de exportação brasileiros, sejam eles bens ou os serviços de infraestrutura apoiados pelo BNDES (BNDES, 2007: p. 84).

Em seu relatório de 2011, o banco buscou enfatizar as atividades que cimentaram sua internacionalização, mas desta vez sobre países europeus, Estados Unidos e as grandes potências emergentes, os BRICS. Há o desenvolvimento de planos de negócios em Montevidéu e no escritório mais novo de Londres, criado em 2009 como BNDES Limited, ressaltando o êxito e a importância da presença externa, além da diminuição de seus riscos e ganho de respeito como “agente mitigador de riscos” na crise de 2008, o banco também participou de iniciativas com o Banco de Desenvolvimento dos BRICS (BNDES, 2011: p. 131-132; 135).

Voltando a análise para a economia brasileira em meio ao cenário global, para além dos investimentos financiados pelo BNDES, a América do Sul, em 2012, concentra a maior parte das transnacionais brasileiras, com 73%, porcentagem maior que na América do Norte, com 63,5% e América Central com 33,3%, combinando a primeira e a última, nota-se a relevância que a América Latina possui para estas empresas (FDC, 2012: p.11).

Considerando o índice de ativos⁵ da Fundação Dom Cabral, as cinco maiores empresas brasileiras são: Stefanini IT Solutions, Gerdau, Marfrig, Ibope e Vale (FDC, 2012: p. 17). Já no índice de transnacionalidade, que leva em conta receitas, ativos e funcionários no exterior, as cinco maiores são: JBS-Friboi, Gerdau, Stefanini IT Solutions, Metalfrío e Marfrig (FDC, 2012: p. 20). Essas informações revelam uma certa concentração em setores de pouco valor agregado como alimentos e

Internacionalização Direto, Exim Automático, Exim Crédito Exportação Pré-Embarque, Exim Crédito Exportação Pós-Embarque e Títulos de Dívida Externa (bonds).

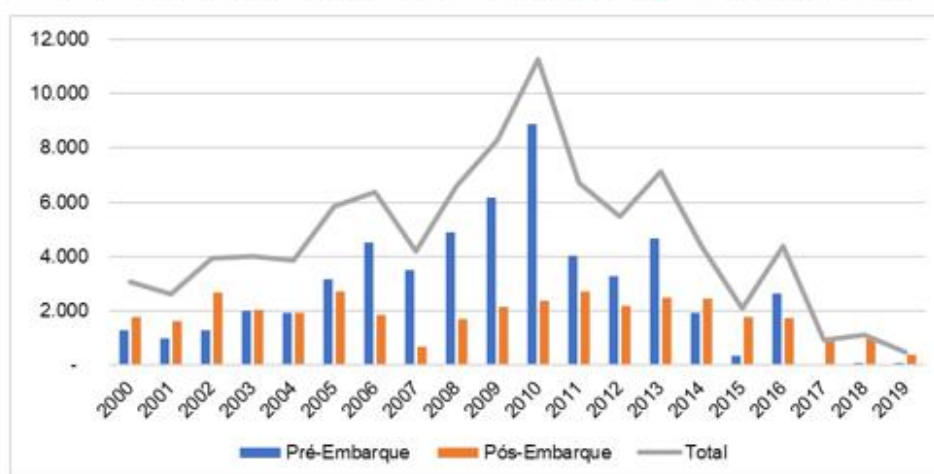
⁵ O índice é calculado com base em uma razão entre ativos no exterior e ativos totais.

construção, mesmo que haja presença de uma empresa do ramo de tecnologia da informação.

O BNDES também tratou de destacar a importância de suas captações de moeda no exterior, junto a bancos como o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e o Banco Europeu de Investimentos (BEI) totalizando US\$ 970 milhões com o propósito de dirimir efeitos das mudanças climáticas globais. Ademais, o banco também busca participar de iniciativas junto aos grandes bancos de desenvolvimento no mundo, como o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) alemão, discutindo financiamento de infraestrutura, além do relacionamento com a Association of Development Financing Institutions in Asia and Pacific (ADFIAP) (BNDES, 2011: p. 133-134).

Alguns anos depois, no relatório BNDES de 2016, o banco descreve que encerrou suas atividades nas unidades de Montevidéu e Londres, além da mais recente em Joanesburgo. Tal atitude foi tomada devido a orientação do Conselho de Administração em utilizar as estruturas brasileiras para a captação e repasse dos recursos em moeda estrangeira (BNDES, 2016: p. 25). Entretanto, no que diz respeito ao BNDES como um todo, o que se verifica é uma diminuição dos desembolsos, também observa-se o mesmo desdobramento das operações de Pós-Embarque Serviços, em que os desembolsos cessam depois de 2015, não havendo dados disponíveis.

Gráfico 8 - Desembolsos do BNDES-Exim, em US\$ milhões

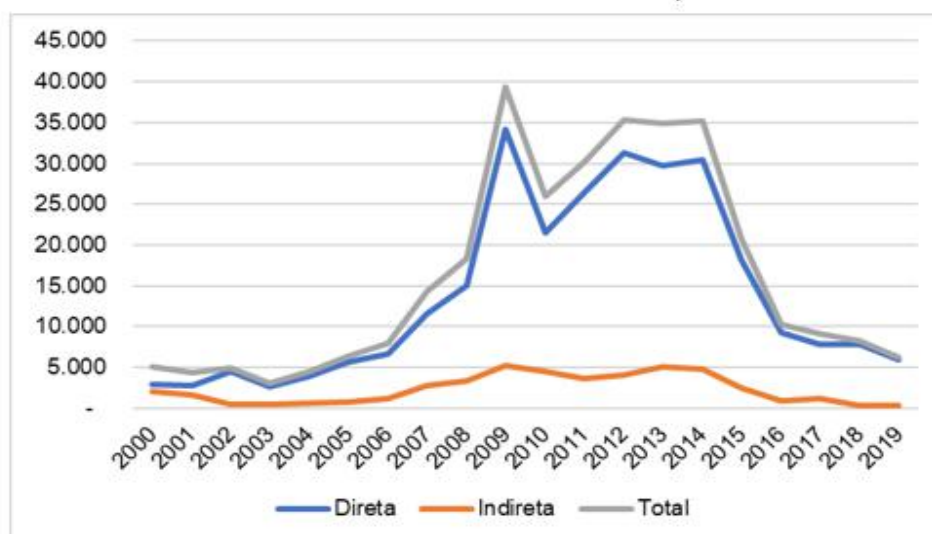


Fonte: BNDES (2020). Elaboração própria.

Em 2018, diminuiu-se ainda mais o espaço das cooperações internacionais, com um objetivo explícito de tornar as operações de comércio exterior mais dinâmicas, eficientes e adequadas em relação ao cenário internacional. Isso se traduz em processos de digitalização no crédito a pequenas empresas, além de alterações nos prazos, alongando-os para quatro anos, por exemplo (BNDES, 2018: p. 37). Entretanto, o que podemos perceber, é que no cenário geral os desembolsos do BNDES nas operações da modalidade de Exim (de estímulo a exportação e importação).

De acordo com as evoluções relatadas pela Fundação Dom Cabral, a tendência para as transnacionais brasileiras nos anos de 2015 a 2017 foi de manutenção de seus índices de receitas, ativos e funcionários no exterior, mesmo que tenha havido uma redução da participação ativa do Estado no suporte à exportação seja de produtos ou de capitais, no sentido mais amplo (FDC, 2017: p. 62).

Como já destacado nos parágrafos anteriores deste tópico, o produto Pós-Embarque Serviços de Engenharia se dedicou quase que integralmente à exportação de bens e serviços associados à empresas da construção civil no âmbito da IIRSA ou associada a alguns de seus projetos. Entretanto, além desse produto financeiro, existiram outras formas de exportação de capitais financiadas pelo BNDES, como é o caso de um segmento do Finem e dos Títulos de Dívida Externa (*bonds*). Todavia, os dados do Finem não são divulgados com a devida desagregação, somente o conjunto do produto e, no caso dos *bonds*, como se trata de um programa de aquisição de títulos no mercado primário limitados em até 20% para o BNDES, os gastos referentes a essas operações também não estão disponíveis. Então, a estratégia que resta é resgatar os números agregados do Finem como ponto de partida para entendimento da dinâmica temporal e, após isso, serem resgatados casos que exemplifiquem o processo de internacionalização apoiado pelo BNDES.

Gráfico 9 - Desembolsos do BNDES - Finem, em US\$ milhões

Fonte: BNDES (2020). Elaboração própria.

Do gráfico, é notável a tendência similar aos outros financiamentos e desembolsos, uma rápida ascensão a partir de 2006, chegando no auge entre 2009 e 2015 e depois caindo de maneira brusca nos anos mais recentes. Entretanto, a parcela das operações de internacionalização ocupam uma parcela reduzida quando comparada com o total do Finem. Os resgates em seguida evidenciarão o processo geral através dos exemplos mais marcantes.

O BNDES atuou como sócio, por meio da BNDESPAR em diversos processos de Fusão e Aquisição (F&A). Nessas operações destacam-se: em 2005, a compra da Swift argentina pela JBS-Friboi com um financiamento de US\$ 200 milhões, além do empréstimo de R\$ 6 bilhões para compras internas e estrangeiras entre 2009 e 2010, se tornando o maior polo frigorífico do mundo; financiamento à Cooperativa LAR, ampliando sua atuação em solo Paraguai em 2006; empréstimo de R\$ 7,3 bilhões para a Vale que a permitiu entrar em seis países da América Latina e cinco na África, sendo um dos maiores financiamentos de sua história, também entre 2009-2010 (LUCE, 2007: p. 91, 95; BUGIATO et al, 2014: p. 96; FONTES, 2012: p. 342).

Nesse sentido, entre 2005 e 2014, o BNDES financiou um valor de cerca de R\$ 10,8 bilhões majoritariamente para aquisições de empresas no exterior. De um total de 19 operações para a internacionalização, 7 foram na América Latina, 5 nos

Estados Unidos ou Canadá, 2 na Europa, 1 na Ásia e 4 em mais de uma região. Tais operações se concentraram no setor de Agroindústria, com 8 operações neste setor, 3 em Tecnologia da Informação e as demais encontram-se pulverizadas em outros setores (GUIMARÃES et al, 2014: p. 62-63). Mais alguns exemplos são mencionados por Guimarães et al (2014):

“A América Latina foi a região que mais recebeu operações de internacionalização apoiadas pelo BNDES, com destaque para a Argentina, que foi destino de três operações de internacionalização. Como exemplos na Argentina, podem ser citadas as operações de aquisição da JBS e da Eurofarma, que adquiriram, respectivamente, o frigorífico Swift Armour e o laboratório Quesada. Além da Argentina, Peru, México, Costa Rica e Paraguai também foram destinos de operações apoiadas pelo Banco na região. Cabe destacar a operação de internacionalização da Braskem no México, apoiada em 2012, que teve como objetivo a implantação de polo petroquímico para produção de polietileno no estado de Veracruz, no México (GUIMARÃES et al, 2014: p. 64).”

Nesta seção, buscou-se trazer uma descrição histórica das atividades do BNDES em relação à exportação de capitais das empresas brasileiras. Para isso, discutiu-se a exportação de serviços de infraestrutura e sua relação com IIRSA, recorrendo às informações primárias como bases de dados e relatórios anuais do BNDES e estudos técnicos como o da Fundação Dom Cabral, além dos imprescindíveis estudos de especialistas na temática. Além disso, foi discutida a internacionalização extrínseca aos serviços de infraestrutura, pulverizada em operações de outras naturezas no banco.

Foi exposta aqui também a dinâmica temporal, marcada sobretudo em uma ascensão nos anos 2005/2006, auge entre 2010 e 2015 e posterior declínio, de modo que fosse possível expor a tendência de longo prazo nas políticas do BNDES no que diz respeito à exportação de capitais.

Após esta análise, devem ser tecidas algumas considerações factuais ao respectivo objeto estudado que dirão respeito a algumas ressalvas em relação ao processo de expansão de capitais brasileiros na América Latina ao longo do século XXI. A linha de tais considerações se tecerão sobre as particularidades ainda vividas nas economias dependentes que, por sua vez, permitem um reenquadramento, mesmo que não completo, à algumas categorias clássicas da Teoria Marxista da Dependência, a saber, o fato da dependência capitalista não poder ser superada dentro de seus próprios marcos, como sintetiza Carcanholo (2013, p. 193), em um recorte já discutido no tópico 1.2 deste trabalho.

Essa retomada se estabelece pois, mesmo que com um processo de expansão de capitais brasileiros em conjunção com uma liderança e iniciativa brasileira, não obstante tenha respondido uma dinâmica própria conduzida por determinada composição de forças políticas no Governo Federal, dos grupos hegemônicos e outras variáveis, ainda são presentes entraves característicos das economias dependentes. Existiram, portanto, diversos limitantes de natureza econômica que de forma alguma fazem com que a economia brasileira deixe de ser dependente, mas sim reafirmasse sua característica de potência subalterna e líder regional.

O papel que ainda prevalece nas economias latinas é de grandes exportadores de produtos de baixo valor agregado e com pouca ou nenhuma incorporação de tecnologia, sendo o maior dinamismo limitado a setores que não extrapolam ou geram externalidades positivas para a economia como um todo. Com essas características as economias latino-americanas acabam por se configurar como fragmentos de cadeias de valor, sendo privilegiados os nichos e prioridades do grande capital transnacional e não projetos nacionais de desenvolvimentos (OSORIO, 2015: p. 77). O Brasil, de certa forma, possui um perfil mais equilibrado, sendo um exportador de produtos como soja, milho, minério de ferro, veículos automotivos e bens de capital (OSORIO, 2015: p. 82). E, parte importante do aumento da influência da América Latina e do Brasil no cenário internacional se deveu à explosão na demanda de produtos de baixo valor agregado, sobretudo matérias primas e bens intermediários no caso brasileiro, na primeira década do século XXI (OSORIO, 2015: p. 85). Nesse sentido, o Brasil passa por um movimento de concentração e centralização de capitais ao longo dessas duas décadas de análise e que, mesmo sendo muito limitadas as expansões de capital no cenário global, engendraram mudanças no conjunto da vida social no país e na América Latina como um todo (FONTES, 2012: p. 346).

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho, como foi explicitado na parte introdutória, era de interpretar a exportação de capitais brasileiros para a América Latina, tendo o BNDES como principal instrumento de apoio estatal à luz de um arcabouço teórico e marco analítico pautado em grande parte na Teoria Marxista da Dependência.

Para isso, foi feita a discussão teórica, tendo como principal ponto de chegada o capital-imperialismo, que pode ser entendido de forma muito resumida como um novo patamar histórico do modo de produção capitalista, em que foi enfatizado o seu papel expansionista e consorciado, abstrato e associativo, sob diversos tipos de entidades que estabelecem e reforçam relações hegemônicas. Como consequência disso, observamos que o BNDES atuou no favorecimento de algumas empresas, ditas campeãs nacionais, significando, na prática, que são os grandes monopólios da burguesia nacional e que este processo contribui para uma concentração e centralização do capital de modo vertiginoso no Brasil, ao longo dos últimos vinte anos.

Outro aspecto importante de ser ressaltado é o crescente grau de abstração em que a propriedade do capital tem se transformado ao longo dos anos, algo que já foi antecipado por em um primeiro lugar por Marini, na figura das *maquilas*. Atualmente, os tipos de propriedade em si já se tornam um desafio a qualquer análise, mas a isso se acrescenta o agravante dos paraísos fiscais que torna ainda mais complexa a pesquisa dentro deste tema. Nesse sentido, os dados divulgados pelo Banco Central ajudam a dirimir esse efeito para o caso dos capitais recebidos pelo Brasil, mas os investimentos diretos brasileiros ainda possuem tal problema.

Agora, abarcando o subimperialismo de forma mais clara, pode ser percebida a importância de um certo aumento de sua influência na América Latina e em meio às potências emergentes, mesmo que isso se deva, em grande parte à importância do *boom das commodities* para os exportadores primários como um todo. No âmbito político, o Estado, por meio do Governo, buscou ampliar as vias de comércio, favorecendo as exportações brasileiras tanto em termos econômicos e comerciais como de integração física e política, como tentou se expor no segundo e terceiro capítulos, não obstante o processo tenha se atenuado nos anos mais recentes, a partir da crise político-econômica de 2015.

Entretanto, é de suma importância esclarecer que, se considerarmos que o Brasil exerce o papel de entreposto situado no meio da pirâmide global, não foram somente as relações para baixo que se fortaleceram, as trocas, diálogos e assimetrias se mantiveram, mas assumindo o caráter mais abstrato sob a égide do paradigma neoliberal, ressalta-se, nessa direção, a expansão dos capitais e das trocas comerciais com os países do centro capitalista. Assume-se, portanto, uma postura de nexos que permite o funcionamento de um padrão de acumulação, sem indicar um rompimento com o modo de produção capitalista. De qualquer forma, um desafio que é posto ao trabalho é o de posicionar o Brasil frente ao mundo em termos de complexidade econômica e adição de valor, dois aspectos que refletem muito as características qualitativas contemporâneas.

Em virtude do discutido no terceiro capítulo, chega-se à conclusão de que a prioridade do BNDES na exportação de serviços de engenharia era a de internacionalizar as empresas de um dos setores mais dinâmicos e de maior adição de valor na economia brasileira de modo a promovê-las à categoria de concorrentes globais e não somente locais ou regionais, aliviando assim restrições externas e incrementar sua competitividade. Nesse sentido, há uma extração ou transferência de mais-valor de nações mais débeis ou de bases mais inferiores na pirâmide hierárquica global, tal mecanismo se estabelecendo por meio da IIRSA.

O mesmo vale, em parte, para a transnacionalização por meio das fusões e aquisições promovidas pelo BNDES, que buscou internacionalizar empresas de setores de baixo valor agregado, como extração mineral e agropecuária. Todavia, internamente, tais firmas, possuem escalas muito elevadas, além de muito dinamismo e competitividade, tendo se tornado empresas líderes no mundo e apoiadas ao longo do processo pelo BNDES, no exemplo clássico da Vale e JBS-Friboi.

Como uma última consideração, ao discutirmos a expansão ou aumento da influência externa brasileira na América Latina, nos deparamos com um cenário complexo. Por muitos anos tal objeto de estudo fora estudado dentro de diversas vertentes teóricas, com muitas contribuições essenciais para a interpretação do papel do Estado Brasileiro diante do cenário diverso e muitas vezes frágil que é a América Latina. Em virtude disso, o atingido com este trabalho é uma tentativa de sistematizar uma análise dos aspectos econômicos dessa recente evolução, que

considera imprescindível a história e outras áreas, mas que também se depara com muitos desafios pela frente.

Referências Bibliográficas

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. **O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões.** In: Revista BNDES, v. 12, n. 24, p. 43-76. 2005.

ANTUNES, Rafael. **Estratégia do desenvolvimento econômico no governo Lula (2003-2010): a controvérsia desenvolvimentista.** Trabalho de conclusão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2019

BANCO CENTRAL (BACEN). **Base de dados – Capitais Brasileiros no Exterior.** 2020. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>>.

_____. **Base de dados – Investimento direto no Brasil.** 2020. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>>.

BARROS, Larissa Martins Monteiro de. **A iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros.** Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 2018.

BNDES (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Base de dados – Desembolsos do Sistema BNDES.** 2020.

_____. **Base de dados – Desembolsos BNDES Exim – Pós-Embarque – Serviços de Infraestrutura.** 2020.

_____. **Relatório Anual de 2003.** 2003.

_____. **Relatório Anual de 2007.** 2007.

_____. **Relatório Anual de 2011.** 2011.

_____. **Relatório Anual de 2016.** 2016.

_____. **Relatório Anual de 2018.** 2018.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. **Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira.** *In: Revista Conjuntura Austral*, v. 9, n. 48, p. 5-19. Porto Alegre, RS. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo. 2007.

BUGIATO, Caio. **A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira.** *In: Cadernos do Desenvolvimento*, v. 9, n. 14, pp. 83-103. Rio de Janeiro, RJ. 2014.

BUKHARIN, Nikolai I. **A Economia Mundial e o Imperialismo.** São Paulo, SP: Editora Nova Cultural, 1988.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** Editora Todavia, 2018.

CARVALHO, Glauber Cardoso. **A América do Sul em processo de transformação: desenvolvimento, autonomia e integração na UNASUL.** Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 2013.

CASSANO, Francisco; CAMELO, Diogo; PADILHA, Felipe; PEREIRA, Mateus; PRADO, Matheus; MACHADO, Vinícius; **Política externa brasileira nos governos FHC, Lula e Dilma: efeitos na balança comercial e no produto interno bruto brasileiro.** *In: Brazilian Journal of International Relations*, v. 6, n. 1, p. 62-89, 2017.

CORREIA, Daniela; LIMA, Gilberto Tadeu. **O comportamento recente do investimento direto brasileiro no exterior em perspectiva.** *In: Revista de Economia Política*, v. 28, n. 2, p. 249-268, abril-junho/2008. 2008.

COUTO, Leandro Freitas. **A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do**

Brasil para a América do Sul. In: Revista Oikos, n. 5. 2008. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/109>>.

DE BOLLE, Monica Baumgarten. **Como matar a borboleta-azul: uma crônica da era Dilma.** Editora Intrínseca, 2016.

FARIAS, Hélio Caetano. **A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-2014).** Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 2017.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** Boitempo Editorial, 2015.

FIGUEIREDO, Dannel. **Prosul: entenda o novo bloco sul-americano.** Politize! 2019. Disponível em <<https://www.politize.com.br/prosul/>>.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo – Teoria e história.** Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2012.

_____. **O capital-imperialismo: algumas características.** In: Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista, 2011. Disponível em: <http://www.odiarrio.info/b2-img/VirginiaFontes_POR_publicada.pdf>.

_____. **A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo.** In: Revista Crítica Marxista, n. 36. 2013.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL (FDC). **A Decolagem das Multinacionais Brasileiras.** 2007. Disponível em: <<http://acervo.ci.fdc.org.br/>>.

_____. **Ranking FDC das Transnacionais Brasileiras 2012.** 2012.

_____. **Trajetórias de internacionalização das empresas brasileiras.** 2017.

GERSCHENKRON, Alexander. **Economic backwardness in historical perspective – A book of essays.** Belknap Press. 1962.

GUIMARÃES, Sérgio Földes; RAMOS, Alexandre de Souza; RIBEIRO, Patrícia Dias; MARQUES, Pedro Henrique de Moraes; SIAS, Rodrigo. **A internacionalização do BNDES**. In: Revista do BNDES, v. 42. 2014.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural, 1985.

LÊNIN, Vladimir. ***L'impérialisme, stade suprême du capitalisme***. Paris-Moscou: Editions Sociales – Editions du Progrès, 1975.

_____. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas, SP: Editora Navegando Publicações, 2011.

LUCE, Mathias. **O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente**. In: Tensões Mundiais, v. 10, n. 18,19, p. 43-65. Fortaleza, CE. 2014.

_____. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. 2007.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital – Volume II**. São Paulo, SP: Editora Abril Cultural, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. ***La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo***. In: *Cuadernos Políticos*. México: Editorial Era, 1977.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2013.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo**. In: Caderno CRH, v. 31, n. 84, p. 463-481. Salvador, BA: 2018.

_____. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Base de dados – ComexStat**. 2020. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Diretrizes para o funcionamento do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL)**. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-prosul>>.

NEVES, Bárbara Carvalho. **A atuação da UNASUL através do COSIPLAN: uma análise da integração da infraestrutura sul-americana**. In: Repositório Institucional UNESP. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143474>>.

_____. **Política externa brasileira, BNDES e a integração da infraestrutura sul-americana: uma análise da IIRSA/COSIPLAN (2000-2017)**. In: Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v.7, n.14. 2018. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. **Carta de Conjuntura - IPEA**. Número 43 – 2º Trimestre de 2019. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190513_cc_43_setor_externo.pdf>.

OSORIO, Jaime. **América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região**. In: Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Boitempo Editorial. 2015.

PADULA, Raphael. **Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. Tese (Doutorado em Engenharia) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 2010.

PRADO, Fernando Correa. **História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. Comunicação & política, v. 29, n. 2, p. 68-94, 2011.

ROCHA, Danilo. **Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula.** In: Revista de Sociologia e Política, v. 22, n. 51, p. 77-96, set. 2014. 2014.

ROCHA, Lucas. **Mais isolamento: Bolsonaro determina que Brasil saia de comunidade latino-americana de 33 países.** Revista Fórum. Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/global/mais-isolamento-bolsonaro-determina-que-brasil-saia-de-comunidade-latino-americana-de-33-paises/>>.

SABOYA, André Nassim de. **A projeção continental do Brasil vis à vis o poder americano: competição e integração na América do Sul.** Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 2015.

SEVERO, Luciano Wexell. **Integração da América do Sul: mecanismos regionais de financiamento.** Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 2011.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. **A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann.** In: Revista Conjuntura Austral, v. 10, n. 49, p. 23-41. Porto Alegre, RS. 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (**UNCTAD**). **Base de dados – UNCTADStat.** 2020. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en>.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **A internacionalização do BNDES no governo Lula.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. 2011.

VISENTINI, Paulo. **A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Elsevier. 2013.